

Contra o desperdício



GUSTAVO DIEHL/JU

Pesquisa em rede A fim de desenvolver novas tecnologias para melhorar a preservação de alimentos, a UFRGS passou a integrar uma rede de pesquisadores dedicada a combater o desperdício. Segundo relatório

da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), um terço da produção mundial para o consumo humano é perdido anualmente. E esse índice pode chegar a 50% na fase de pós-colheita. Na

Ceasa/RS, que concentra a comercialização de 35% do que é consumido no estado, a exposição ao calor e ao sol, somada à ausência de câmaras de refrigeração, prejudica a conservação dos produtos. **P11**

RUMOS DA ECONOMIA

Litoral Norte investe na agroecologia

FLÁVIO DUTRA/JU



CadernoJU

Editais Mais Cultura
UFRGS organiza projetos em rede colaborativa **P13**

Sustentabilidade
Moradores falam dos problemas de viver em ecovilas **P5**

Inclusão
Ações Afirmativas desafiam estudantes e instituições **P8**

AMAZÔNIA

Devastação contínua

Madeireiros, agricultores e pecuaristas trocam acusações, refutando sua responsabilidade pelo desmatamento da região. Enquanto isso, técnicos do Ibama criticam a falta de rigor na lei para punir os infratores. Uma das estratégias de combate à devastação adotadas pelo órgão tem sido a apreensão das criações de gado em áreas desmatadas ilegalmente. **P4**

PATRIMÔNIO

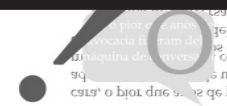
Capelinha recebe doações

A construção mais antiga da Universidade já abrigou casamentos de professores da Faculdade de Agronomia e agora faz parte do projeto de Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS. Reconhecida como símbolo da Estação Experimental Agronômica, a Capela de São Pedro tem o custo de seu restauro estimado em 225 mil reais. **P7**

FALTA D'ÁGUA

Omissão das empresas de saneamento e má gestão dos governos

P9



Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto
Reitor

2015 de muitos desafios

A universidade é instituição transformadora, com forte compromisso social. Provoca mudanças nas pessoas e na sociedade, além de participar do desenvolvimento humano e da construção de cidadania pela educação em sua trajetória de inclusão e ampliação do acesso. Neste ano, foi destinado um percentual de 30% das vagas de ingresso, considerando-se o desempenho dos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Uma decisão necessária, que tem o potencial de diversificar e de oferecer ainda mais oportunidades a estudantes talentosos de qualquer região do país que desejem estudar em nossa instituição. Estamos ainda na fase de aprendizagem de como organizar o

ingresso, de forma a conciliar nosso tradicional vestibular com o SISU.

Novos alunos estão chegando, vindos de diferentes partes do Brasil. Ainda é cedo para saber quantos serão aqueles oriundos de outros estados ou para podermos traçar um perfil desses estudantes, mas não temos dúvidas de que são todos talentosos e qualificados, já que obtiveram aprovação em uma seleção séria e competitiva.

A UFRGS está pronta para receber seus novos alunos e também para iniciar 2015 ciente de que o ano apresentará grandes desafios. Diante da nova conjuntura política e econômica brasileira, há a certeza da necessidade de ajustes orçamentários. Mesmo frente às dificuldades que

possam surgir, trabalharemos com a mesma seriedade e comprometimento que nos caracteriza e com a certeza do engajamento de todos os segmentos da Universidade na busca de alternativas. Nos últimos dez anos, o decisivo apoio do Ministério da Educação transformou o ensino superior federal – que passou de 500 mil para mais de um milhão de matrículas na graduação e de 48 mil para cerca de duzentas mil na pós-graduação. Acreditamos que este será um ano de ajustes, e as universidades terão um papel ainda mais relevante no sentido de saber enfrentar momentos críticos e de garantir a manutenção e o crescimento da educação de qualidade, setor que tem compromisso com o presente e o futuro do país.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha, Porto Alegre - RS | CEP 90046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Ricardo Schneiders da Silva

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
Email: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Ánia Chala, Cassiano Kuchembecker Rosing, Cida Golin, Luiz Carlos Pinto, Michéle Oberson, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer, Temístocles Cezar

Editora Ánia Chala
Subeditora Jacira Cabral da Silveira
Repórteres Ánia Chala, Everton Cardoso, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein
Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Cademro JU)
Diagramação Kleiton Semensatto da Costa
Fotografia Flávio Dutra (Editor), Gustavo Diehl e Ramon Moser
Revisão Antônio Palm Falcetta
Bolsistas (Jornalismo) Gabriel Jesus E. Brum, Jéssica Menzel, João Pedro Teixeira e Laura Pacheco dos Santos
Circulação Cristiane Lipp Heidrich e Juliana Gonçalves Mota
Fotolitos e impressão Gráfica da UFRGS
Tiragem 14 mil exemplares
f jornaldauniversidade

Mural

jornal@ufrgs.br

Mobilidade internacional

A Secretaria de Relações Internacionais (Relinter) publicou o edital unificado 'Campus Internacional', com a oferta de vagas para mobilidade na graduação em 65 universidades de 18 países da América do Norte, América do Sul, Ásia e Europa. A oportunidade é destinada a alunos regularmente matriculados em cursos de graduação. Os estudantes selecionados poderão realizar a mobilidade nos semestres 2015/2 ou 2016/1, e as inscrições seguem de 9 a 13 de março para as universidades canadenses e holandesas; e de 23 de março a 3 de abril para as demais. Mais informações em www.ufrgs.br/relinter.

Memória da UFRGS

RESQUIN - LUME / UFRGS



1985

Em novembro desse ano, a equipe da Estação Experimental Agrônômica, em Eldorado do Sul, recebeu um grupo de filhos de funcionários da Universidade

Artigo

Mecanismos cerebrais na menopausa

A forma do desenvolvimento humano é diferenciada entre os gêneros, devido às suas diferenças fisiológicas. Homens e mulheres não envelhecem da mesma maneira. Na mulher, o organismo desenvolveu uma estratégia de interrupção reprodutiva (menopausa), que ocorre pela redução dos hormônios ovarianos, principalmente os estrógenos.

Apesar de ser um processo biológico natural na espécie humana, a menopausa pode ser um fator de risco à saúde das mulheres. Em razão do aumento da expectativa de vida, elas vivem mais de três décadas nessa condição. Assim, a saúde e o bem-estar geral dessas mulheres tornaram-se um problema de saúde pública em todo o mundo, justificando o crescimento do número de estudos que buscam novos entendimentos sobre a neurobiologia da menopausa.

Os estrógenos possuem funções reprodutivas e não reprodutivas. Eles têm ações antioxidantes e anti-inflamatórias e podem atuar em diversos sistemas, como no nervoso central. Evidências mostram que o estradiol, por exemplo, modula a função cognitiva em animais e humanos; ele também modula a diferenciação sexual no útero e continua ao longo da adolescência, atingindo o apogeu na idade adulta, quando

suas secreções tornam-se elevadas. Com o avanço da idade, os níveis circulantes despencam e parecem contribuir para o prejuízo da memória e de outras funções cognitivas. Existem receptores para os estrógenos em algumas áreas cerebrais, como o hipocampo – que é uma estrutura muito importante para os mecanismos de memória. Embora muitos grupos, incluindo o nosso, se dediquem a essas pesquisas, as funções fisiológicas dos estrógenos e a consequência de sua deficiência sobre as funções cerebrais ainda não foram completamente elucidadas.

Embora muitas mulheres não apresentem sintomas relacionados ao déficit de memória, elas costumam desenvolver outros sinais que podem ser graves e prejudiciais para a qualidade de vida feminina. Entre eles, podemos citar: calorões, aumento do peso corporal, redução da massa muscular e depressão. Além disso, amplia-se o risco de desenvolvimento de doenças neurodegenerativas, cardíacas e neoplasias, cujos mecanismos ainda não estão completamente entendidos, embora se acredite que o déficit de estrógenos seja o principal responsável por tais enfermidades.

Estima-se que de 15 a 50% das mulheres com menopausa manifestem sintomas depressivos, sendo que a maior tendência

à depressão tem sido atribuída ao medo de envelhecer e à carência afetiva, já que essa fase da vida costuma coincidir com a independência dos filhos, a morte de familiares e a aposentadoria, os quais requerem ajustes emocionais.

Sugere-se que os sintomas associados à menopausa variam culturalmente. Em lugar de universalidade, é importante pensar em termos de «biologias locais», que refletem as diferentes condições sociais e físicas da vida das mulheres de uma sociedade para outra. Mulheres asiáticas apresentam menor prevalência de sintomas, incluindo calorões e sudorese, do que as dos países ocidentais.

Acredita-se que dietas compostas de carboidratos de baixo teor glicêmico – frutas e legumes –, associada a atividades físicas, vida social e sexualidade, bem como uma maior compreensão da condição menopáusicas, são importantes para a qualidade de vida feminina. No entanto, muitas vezes é necessário tratamento para aliviar os sintomas e evitar doenças associadas. Nesse contexto, a terapêutica de substituição hormonal é conhecida por ser eficaz em melhorar sintomas, podendo, contudo, apresentar efeitos secundários, tais como câncer e doenças cardiovasculares. Baseado nisso, estudos

clínicos e pré-clínicos vêm buscando desenvolver tratamentos alternativos.

O grupo de pesquisa "Neuroproteção e doenças neurometabólicas" do Departamento de Bioquímica do ICBS da UFRGS tem contribuído para a elucidação de alguns mecanismos cerebrais da menopausa. Utilizando modelos experimentais em animais, mostramos que ocorrem alterações na produção de energia e no status oxidativo no cérebro, bem como um déficit de memória no modelo de menopausa. Também estamos testando o efeito neuroprotetor do exercício físico aeróbico, da ingestão de soja e das vitaminas E e C, mas temos observado que os tratamentos são incapazes de prevenir todas as alterações cerebrais causadas pela menopausa. Tais resultados corroboram os dados de outros investigadores. Os estudos, contudo, ainda são deficientes em esclarecer se há ou não benefícios na utilização desses tratamentos. No momento, nosso grupo está realizando novos estudos e testando a vitamina D, coenzima Q10 e outras substâncias, cujos resultados parecem bastante promissores.

Angela Wyse
Pesquisadora 1A do CNPq, docente do Departamento de Bioquímica do ICBS/UFRGS



GUSTAVO DIEHL/JU



Os nove calouros internacionais vieram de países como Angola, Bolívia, Cabo Verde, Colômbia, Equador, Gabão, Gana e Guiné-Bissau

Braços abertos a estrangeiros

Graduação Universidade recebe novo grupo de alunos do Programa PEC-G

Em fevereiro, a Universidade realizou uma recepção aos alunos estrangeiros participantes do Programa de Estudante da Graduação (PEC-G) – iniciativa que oferece formação e qualificação a jovens oriundos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos bilaterais. Os nove calouros internacionais, oriundos de Angola, Cabo Verde, Bolívia, Equador, Colômbia, Gana, Gabão e Guiné-Bissau, foram recebidos pelo reitor Carlos Alexandre Netto e por integrantes da administração central. Em sua manifestação aos estudantes, o reitor disse que “este abraço simbólico que vim dar em vocês é para desejar que os anos

que irão passar aqui, tanto na Universidade como em Porto Alegre, sejam inesquecíveis”. Netto também enfatizou a relevância do Programa, que é administrado pelos ministérios das Relações Exteriores e da Educação em parceria com instituições federais de ensino superior. O encontro foi promovido pela Pró-reitoria de Graduação a fim de que os estudantes pudessem conhecer todos os seus interlocutores na Instituição e os setores a que devem recorrer sempre que necessitarem de algum tipo de ajuda.

Planos e surpresas – A angolana Luzala Bernardete Daniel Mayassi (penúltima à direita, em pé), 18 anos, irá cursar Engenharia Química. Inicialmente, inscreveu-se para estudar na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), mas foi aconselhada a eleger a UFRGS pela qualidade que oferece em sua área de interesse: “Tenho grande expectativa e também pretendo fazer aqui o mestrado, mas antes vou retornar ao meu país e tentar

retribuir a oportunidade que recebi”. Perguntada sobre o que havia observado de diferente em termos de comportamento, Luzala respondeu: “Achei estranho o modo como as pessoas daqui tratam seus cães. Devem amar muito esses animais, pois existem muitas lojas especializadas que vendem comida, brinquedos e roupas. Vi gente levando seus bichos pela rua em carrinhos de bebê. Não se vê isso em Angola”.

Aos 27 anos, a colombiana Laura Maria Quiros Garzon (última à direita, em pé) pretende graduar-se em Medicina Veterinária, mas diz que também irá aproveitar a experiência de estudante estrangeira para conhecer o Brasil e os países vizinhos, e experimentar novas culturas. A jovem, que na data da recepção estava em solo brasileiro há três dias, afirmou ter se surpreendido com o jeito risonho de nosso povo. “Na Colômbia, não é comum as pessoas te receberem em qualquer lugar com um sorriso. Aqui até os vendedores das lojas sorriem para a gente”, comentou.

Além da estrutura institucional, os calouros internacionais estão contando, também, com o apoio de veteranos que chegaram a Porto Alegre há um ano ou mais. Vanito I. Vieiraca (Ciências Sociais), da Guiné-Bissau, deu as boas-vindas aos novos colegas, destacando o privilégio de estar na UFRGS: “Somos sortudos por termos a oportunidade de estudar nesta Universidade, que é uma das melhores do Brasil, e precisamos fazer valer ao máximo essa vivência”, comentou. Além de dar dicas sobre coisas básicas, como a questão dos vistos, Vanito falou aos jovens que todos eles têm o dever de ser protagonistas de suas vidas, seja dentro ou fora da Instituição. À administração da Universidade pediu que os alunos estrangeiros tenham mais visibilidade dentro da comunidade acadêmica, pois a integração e a interação sociocultural, bem como as experiências que surjam destas, são muito importantes para os seus países de origem e para o êxito do Programa em si.

Reconhecimento

Repositório digital da UFRGS é o melhor da América Latina

O Lume, banco de teses, dissertações, artigos e trabalhos acadêmicos da Universidade, foi apontado novamente como o melhor repositório digital da América Latina. Além de confirmar essa posição, o repositório saltou do 17.º (janeiro de 2014) para o 11.º posto na classificação mundial do *Ranking Web of Repositories*, atualizado em janeiro deste ano e que avalia os acervos digitais de acesso à produção acadêmica e científica. O ranking é uma iniciativa do Cybermetrics Lab, grupo de pesquisa do *Consejo Superior de Investigaciones Científicas* (CSIC), ligado ao Ministério de Educação da Espanha, que tem por objetivo dar visibilidade à produção institucional e valorizar as iniciativas de livre acesso às publicações.

Segundo as bibliotecárias Janise Borges da Costa e Caterina Pavão, integrantes do Lume, o êxito alcançado deve-se ao trabalho contínuo e sistemático das equipes que gerenciam os acervos do repositório, bem como dos responsáveis por sua gestão e operação. Ainda conforme Janise e Caterina, existem projetos de inclusão de outros acervos da Universidade no repositório. “No entanto, cada caso é estudado criteriosamente, junto ao responsável pelo acervo, a fim de manter o padrão de qualidade da informação”, ressaltam, acrescentando o interesse em disponibilizar o maior número possível de teses e dissertações produzidas na UFRGS. “Isso vale inclusive para as retrospectivas, considerando a relevância desse acervo no processo de comunicação científica

e o compromisso da Universidade com a sua preservação e difusão à sociedade.”

O repositório da UFRGS conta com quase 23 mil teses e dissertações defendidas na Universidade, além de 11,3 mil trabalhos de conclusão de curso de graduação e 3,2 mil trabalhos de conclusão de especialização. Também estão disponíveis mais de 11 mil artigos de periódicos, centenas de livros e capítulos de livros, e cerca de 25 mil trabalhos apresentados em eventos. As teses e dissertações têm maior número de acessos e downloads.

Aos interessados em disponibilizar sua produção no Lume, as bibliotecárias sugerem um contato com a gerência do repositório pelo e-mail bdigital@cpd.ufrgs.br, a fim de que sejam verificadas as condições e os procedimentos necessários.



Pesquisa em Pauta

A epidemiologia na atualidade

Bactérias, vírus e outros microrganismos já causaram estragos tão grandes à humanidade quanto as mais terríveis guerras, terremotos e erupções vulcânicas. Já há algum tempo, outros inimigos, porém, vêm se tornando cada vez mais conhecidos dentro da sociedade. Doenças cardiovasculares, diabetes e também a obesidade são algumas das principais causas de óbitos no mundo. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde, essas doenças causaram cerca de 17 milhões de mortes somente em 2011.

Visando à discussão e à problematização desse assunto, o *Pesquisa em Pauta* buscou conhecer iniciativas de estudo e prevenção na área. Uma das ações para o controle de diabetes mellitus gestacional (DMG) é o Projeto Linda/Brasil (*Lifestyle intervention for diabetes prevention after pregnancy*), que é um estudo feito pela professora e pós-doutora em epidemiologia da Faculdade de Medicina da UFRGS, Maria Inês Schmidt.

O Projeto Linda tem por objetivo investigar a efetividade de um programa de mudança de estilo de vida no âmbito da atenção primária. Para tanto, utiliza estratégias motivacionais a fim de reduzir a incidência de diabetes tipo 2 e melhorar os parâmetros metabólicos, antropométricos e os indicadores de gordura corporal. Com estudos e pesquisas desenvolvidos em três cidades, o projeto busca acompanhar as gestantes até o fim da gravidez para, assim, diagnosticar suas carências e prevenir uma série de problemas gerados pelo diabetes, como os riscos relacionados à saúde do bebê. Após o parto, as mulheres participantes podem ir ao centro de referência para realizar exames laboratoriais e avaliações físicas.

Além de fazer parte das pesquisas no Projeto Linda, a professora Maria Inês também coordena o ELSA, um amplo estudo sobre os hábitos da população adulta no Brasil, que busca compreender as causas comuns das doenças cardiovasculares e do diabetes.

Jonata Fabris, *aluno do 4.º semestre de Jornalismo da Fabico*

Assista ao programa

O programa *Pesquisa em Pauta* vai ao ar no dia 16 de março, às 20h, com reprise às 23h, na UNITV, canal 15 da NET POA



IBAMA / ARQUIVO



Muito mais do que madeira ilegal

Serrarias que atuam no mercado de extração ilegal de madeira têm sido o alvo da fiscalização do Ibama na região amazônica

Amazônia

Lavouras de soja e criação de gado também são culpadas pelo desmatamento da região

Jacira Cabral da Silveira

Ver uma árvore sendo derrubada causa muito mais impacto do que a paisagem bucólica do gado pastando ou aquela em que predominam vastas plantações de soja. Se, por um lado, o argumento usado pelo presidente da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Pará (Aimex), Paulo Roberto Pupo, tenha por objetivo aliviar a culpa do setor na devastação da Floresta Amazônica, por outro, amplia a discussão, ao lembrar outros atores que, ao longo dos últimos anos, têm lucrado economicamente na região, em detrimento da preservação desse que é um dos mais importantes patrimônios naturais da humanidade.

Em tom enfático, Roberto afirma que desmatamento e ilegalidade são temas diferentes quando relacionados à extração madeireira, especialmente a praticada na região Norte do país. “A indústria madeireira não é e nunca foi responsável pelo desmatamento na Amazônia”, insiste. De acordo com o empresário, essa absolvição ocorre porque o madeireiro não faz o chamado corte raso, aquele que derruba tudo o que vê pela frente, mas se atém às espécies com valor de mercado:

“Trabalhamos dentro de uma floresta heterogênea, são cerca de 200 espécies florestais por hectare. Deste total, um pouco mais de 20 tipos de madeiras são comercializáveis”, argumenta.

Para reforçar seu ponto de vista, o dirigente cita o estudo realizado pelo Banco Mundial, assinado pelo economista Sérgio Margulis: “O desmatamento [da Amazônia] decorre de uma miríade de fatores interdependentes, mas, dentre os aspectos econômicos, a expansão da pecuária de larga escala é o principal. Quando as condições agroecológicas permitem, tende a haver uma sucessão com soja e outras culturas. Muita atenção é dada à ilegalidade da exploração da madeira, que deixa todos indignados, mas a derrubada da floresta decorre fundamentalmente da sua transformação em pasto, e não da extração da madeira”.

Conforme Pupo, a exportação de madeira no Pará é o quarto item da pauta do governo do estado: o primeiro é a mineração, liderada pela Vale; o segundo, o boi em pé; e o terceiro, a soja. Em 2014, dados contabilizados pela Aimex, que agrega 42 grandes indústrias exportadoras de madeira, informam que o Pará exportou pouco mais de 300 milhões de dólares: “Se você pegar só a Sadia aí no Sul, ela exporta mais de um bilhão de dólares”, compara.

Informações divulgadas pelo Imazon – instituto de pesquisa que busca promover o desenvolvimento sustentável na região – corroboram o argumento do empresário ao afirmar que o Brasil é o maior exportador mundial de carne, detendo 33% do mercado mundial, quase o dobro do segundo colocado, a Austrália, com 17% das exportações mundiais. Ainda de acordo com o Instituto, o país

utiliza 41% de sua superfície na produção de alimentos, setor que gera um terço do produto Interno Bruto Nacional das exportações e que absorve um terço da mão de obra brasileira.

Omissão – Durante todo o mês de janeiro e parte de fevereiro deste ano, a reportagem do Jornal da Universidade conversou com diferentes segmentos para atualizar a situação da Amazônia, especialmente no que se refere à preservação florestal. Em 2014, a imprensa havia publicado tanto o resultado de investigações do Greenpeace sobre sofisticado sistema de venda ilegal de madeira quanto a notícia da redução em 18% do desmatamento naquele ano, conforme estudos desenvolvidos pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes).

Prontamente foi possível marcar entrevistas com representantes do Greenpeace, da Aimex e do Ibama. Entretanto, até o final da coleta de dados, que durou mais de 30 dias, o presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados do Congresso Nacional, deputado Arnaldo Jordy (PPS), não encontrou horário em sua agenda para uma rápida conversa ao telefone e sequer autorizou sua assessoria de imprensa a encaminhar por e-mail as respostas que ele já havia elaborado para questões como: “Qual a expectativa para 2015 no embate com os ruralistas do Congresso, em especial no tocante ao tema ‘lucro com a soja versus desmatamento’. Eles ganham força com a nomeação da nova ministra da Agricultura Kátia Abreu?”.

Desmatar não é crime – A impossibilidade do contato com o

presidente da Comissão de Meio Ambiente deixou no ar outras questões, como a levantada pelo coordenador em exercício do departamento de fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Roberto Cabral. Conforme o técnico, o principal problema do desmatamento atualmente não é o fato de a responsabilidade pelo seu gerenciamento ter ou não passado para os estados. “O maior problema está na legislação. Precisamos que o Congresso Nacional se debruce sobre essa questão para que possamos levar à responsabilização os grandes desmatadores da Amazônia”.

Falta rigor na lei para que os infratores sejam penalizados

Cabral refere-se à Lei 9.605, de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Para o fiscal, deveria haver mais rigor na lei a fim de que os infratores sejam efetivamente penalizados financeiramente ou com a sua prisão.

Com um contingente superior a 200 agentes (além da colaboração da polícia militar dos estados e da Força Nacional) que atuam no interior da Amazônia, auxiliados por satélite para identificar as ações de desmatamento, todo o trabalho resulta em frustração. Esse longo período de impunidade deu tempo para que se criasse

uma rede de ilegalidade com muitas ramificações, diferentes atores e intrincadas disputas de território e poder.

Para ilustrar a solidez e a extensão dessa rede, Cabral narra uma das ações desenvolvidas pelos fiscais do Ibama na localidade de Santo Antônio do Matupi, no quilômetro 180 da Transamazônica, perto de Humaitá, no Amazonas. Durante uma ação de fiscalização, foi constatado que não existiam as 50 serrarias cadastradas no sistema, mas 34, sendo que dessas apenas duas operavam corretamente. Com o fechamento das serrarias, nasceu no lugar uma cidade fantasma: “Isso gerou um problema social muito grande, atingindo cerca de quatro mil pessoas, entre trabalhadores e seus familiares”.

A fim de driblar a ação dos desmatadores e a falta de uma legislação mais severa capaz de coibir efetivamente a devastação da Amazônia, o departamento de fiscalização do Ibama buscou estratégias que resultaram na redução de 18% de desmatamento na região. A ideia principal, segundo Cabral, era descapitalizar os criminosos. Uma das ações foi conseguir a edição de um decreto conforme o qual os proprietários de áreas embargadas não poderiam comercializar tudo o que fosse produzido naquela área.

Outra estratégia foi a apreensão das criações de gado em área desmatada ilegalmente: “Isso conseguiu provocar um baque tremendo e reduziu bastante o desmatamento em várias áreas”. Junto com a apreensão dos bovinos, começaram também a apreender soja e a desmontar serrarias com a força de decisões. O mote geral era a descapitalização do produto resultante do crime.

Aliciamento – Sem constrangimento, Rodrigo confirma que nesse contexto de ilegalidade não é rara a identificação de casos de aliciamento entre os funcionários do Ibama. Acostumadas com a dinâmica de contravenções que põe em risco a preservação das florestas, as equipes de fiscalização acabam percebendo qualquer atitude suspeita.

Entretanto, como o Instituto não pode promover a prisão de seus próprios agentes, repassa à Polícia Federal todas as informações apuradas para que ela conclua a investigação e prenda os suspeitos. “Mas, na hora da prisão, a gente acompanha a ação para não parecer que a Polícia Federal está limpando o Ibama, sendo que fomos nós que demos início à ação”.

A última detenção, segundo o coordenador, ocorreu recentemente no estado do Maranhão, resultando na prisão de 15 agentes. “Ventos fortes de Brasília estão chegando, não sei se vou conseguir mudar a tempestade” foi uma das mensagens rastreadas que levou aos agentes aliciados pelo mercado negro de extração ilegal de madeira. Felizmente, mesmo tendo sido avisados com antecedência, os madeireiros não conseguiram desativar a serraria a tempo e também acabaram tendo que responder pela ação ilegal. “Temos procurado depurar a casa”, enfatiza.



Residências ecossustentáveis

Sustentabilidade As ecovilas se destacam como alternativas de vida e moradia

Samantha Klein

Após a experiência de trabalho com comunidades indígenas no Amazonas, as diversas mudanças de cidade e um acidente de carro, Aquiles e Glória decidiram mudar completamente o rumo das suas histórias. Sendo ele médico e ela dentista, adquiriram uma chácara para transformá-la em fonte de alimentação e moradia. Com a ajuda dos filhos Yan e Gabriel e de amigos, construíram a Ecovila Karaguatá, a 15 km de Santa Cruz do Sul, 11 anos atrás.

A busca pela simplicidade e a angústia em relação aos padrões da sociedade contemporânea, em geral, são as razões principais para a adoção de um estilo de vida alternativo. Uma alimentação mais natural e a redução dos impactos sobre o meio ambiente também são determinantes para aqueles que optam por morar em uma vila ecologicamente correta.

Ecomoradia – Uma ecovila pode ser definida como um modelo de comunidade sustentável ou um assentamento humano na cidade ou no campo. Conforme o médico, muitas foram as motivações que o levaram a decidir-se pela mudança. “Ainda na faculdade, comecei a me questionar se eram aqueles métodos que eu teria de aplicar como médico. Sempre queria receitar doses menores de medicamento do que as recomendadas pelos especialistas, porque considerava os efeitos colaterais muito danosos. Por outro lado, a vida tumultuada da cidade também me incomodava”, ressalta Aquiles Gusson.

Na Karaguatá, além do compartilhamento dos espaços de convivência, as residências foram construídas com materiais reutilizados. A casa principal, a chamada casa-mãe, foi erguida com madeira de demolição e bambu. Além disso, um sistema de alçapão auxilia na ventilação dos espaços e um telhado verde contribui para o isolamento térmico. A água é proveniente de uma fonte natural, e a energia provém parte da rede elétrica e parte do sistema de armazenamento solar.

É difícil mensurar o número de ecoaldeias existentes no país, já que são comunidades informais. No entanto, no Rio Grande do Sul, pelo menos quatro estão estabelecidas. É o caso da Gaia Vrndavana, de Viamão, criada em 2006, com princípios de agroecologia. No distrito de Morro Azul, em Três Cachoeiras, a Nossa Ecovila é uma área com Mata Atlântica preservada em 72 hectares. Já o Instituto Arca Verde, de São Francisco de Paula, promove turismo rural e

cursos na área da bioconstrução.

No Brasil, as ecovilas ganharam impulso a partir das discussões da Eco 92. Um dos baluartes do conceito de comunidade é a Fundação Findhorn, no norte da Escócia. Tendo surgido ainda nos anos 60, se tornou um modelo para o mundo inteiro. Hoje, mais de 400 pessoas residem no local e 30 organizações de diversas áreas têm convênios e projetos com a instituição.

Arquitetura sustentável – A convivência coletiva, no entanto, nem sempre é harmoniosa. Problemas relacionados ao individualismo podem surgir, segundo os moradores da Karaguatá. Quando um novo casal chegou à ecovila, tempos atrás, o conflito se deu por conta do modo construtivo de mais uma residência. As telhas escolhidas pelos moradores foram a causa do transtorno.

“O amianto é proibido em diversos países, mas existem possibilidades, como as telhas de barro e cerâmica, que não possuem essa característica poluente. Na construção civil, há práticas de menor impacto e maior durabilidade”, sustenta o arquiteto Gustavo Jaquet. Um dos moradores da ecoaldeia não conseguiu convencer o novo habitante a comprar materiais mais sustentáveis, portanto ele mesmo acabou trocando o material e pagando a diferença.

Apesar de ainda haver algumas resistências, a arquitetura sustentável vem ganhando mais adeptos. O custo é um pouco maior, mas medidas simples, como o investimento em um telhado verde, compensam o gasto, já que, com a pouca variação da temperatura do ambiente, o consumo de ar-condicionado é

sensivelmente menor.

Mesmo que já tenha desenvolvido projetos totalmente aplicáveis em ecovilas, Gustavo e o sócio trabalham mais com construções intermediárias. “Buscamos a melhor orientação solar, com aberturas para proteger a residência do sol mais quente, e utilizamos a cobertura verde. Além do acesso a um terraço verde, a proposta proporciona qualidade climática ao diminuir as trocas de calor”, sublinha.

Comer sem agrotóxicos – Anualmente, cada brasileiro ingere uma média de 5,2 litros de agrotóxicos. Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o país se mantém em primeiro lugar na lista dos maiores consumidores de pesticidas agrícolas. Por outro lado, cerca de 70% daquilo que chega à mesa das pessoas é proveniente da agricultura familiar, com pequeno percentual de produção agroecológica.

A fim de diminuir a carga de defensivos agrícolas nas plantações, é determinante romper com a crença de que a única maneira de prover alimentos seja a partir da agricultura baseada no monocultivo regado por agrotóxicos, defende o professor da UFRGS Fábio Del Soglio. “As técnicas ecológicas de produção já poderiam responder à necessidade de alimentos de toda a população da Terra. Se os imensos recursos usados no desenvolvimento de agrotóxicos e transgênicos fossem investidos na busca de uma agricultura mais sustentável, não tenho dúvida de que poderíamos produzir mais alimentos do que produzimos hoje de forma insustentável”, argumenta.

Apesar das dificuldades para atingir uma boa produtividade sem a aplicação de agrotóxicos, a vida na Karaguatá proporciona o plantio do próprio alimento. “A gente eliminou a lógica do supermercado como fonte primária de consumo. Consigo colher couve, mas metade da plantação é comida pelas formigas. Assim aprendemos também a conviver com outros seres e ainda nos sobra muito alimento”, ressalta o morador Felipe Gustsack.

“A gente eliminou a lógica do supermercado como fonte primária de consumo”

Felipe Gustsack

Adesão e compromisso – Em geral, as comunidades sustentáveis têm poucos pré-requisitos para receber novos membros. Basta ter vontade de aderir ao estilo de vida, que exige trabalho na terra e desapego a bens materiais.

Algumas ecovilas, como a mineira Figueira, localizada no município de Carmo do Cachoeiro, têm regras estabelecidas: “Quando vier, lembre-se de trazer roupas para trabalhos ao ar livre, agasalhos, relógio e despertador. Não se usam perfumes, incensos, notebooks, filmadoras, máquinas fotográficas nem telefones celulares”.

Outras como a Karaguatá não fazem qualquer ressalva à utilização de equipamentos eletrônicos.

Já a Arca Verde, em São Francisco de Paula, recebe voluntários e estagiários de Agronomia durante todo o ano para atuarem temporariamente na manutenção do sítio e na edificação de bioconstruções. Mas também é possível integrar-se definitivamente à comunidade.

Apesar do espírito comunitário, nem todas as experiências dão certo. É o caso do Instituto de Permacultura, em Bagé, que foi uma ecovila entre 2004 e 2007, mas o administrador desistiu da experiência. “O problema é que as pessoas querem que aquilo que é dos outros seja coletivo, enquanto o que é delas permaneça privado. Além disso, existe quem confunda liberdade com libertinagem. Não foi possível continuar”, sustenta João Roquette. O especialista em agroecologia relata que mais de 130 livros foram roubados e que alguns moradores usavam drogas no local, mesmo que a prática fosse proibida.

Roquette mantém a chácara, mas se dedica à consultoria sobre agroecologia. “Para alguém entrar aqui, tem de passar por uma seleção. No Brasil, ainda é necessário evoluir muito para se viver em comunidade. Algumas experiências tiveram sucesso, como a Figueiras (em Minas Gerais), onde o controle é rígido, mas aqui não foi o caso”, lamenta.

Um desses casos de sucesso é a Ecovila Karaguatá, onde a “mãe de todos”, Glória Cáceres, administra a casa de convivência com delicadeza e firmeza. “O individualismo surge, entretanto, também faz parte do processo de mudança em relação à vida. Mas todos têm suas tarefas a cumprir. E poucos vêm para realmente ficar.”



Na Ecovila Karaguatá, próxima a Santa Cruz do Sul, existem espaços de convivência compartilhados pelos moradores, como a casa-mãe



FLÁVIO DUTRA/JU



A parceria entre a UFRGS e a Secretaria de Educação de Gramado tem estimulado aspectos cognitivos, como a atenção, através da música

O despertar dos sons

Extensão

Projeto desenvolve o aprendizado pela musicalização em escola infantil de Gramado

Quando a mãe de Valentina, Luana Manéa, põe para tocar a música sobre os ponteiros do relógio, a menina larga o que estiver fazendo e se coloca curiosa, interagindo com o universo dos sons. Valentina tem apenas 2 anos, mas essa melodia lhe é muito familiar, pois desde os 7 meses participa do projeto *Conhecendo o mundo dos sons*. Desenvolvida na Escola Municipal de Educação

Infantil Dr. Carlos Nelz-CAICI, em Gramado, a iniciativa visa estimular a cognição dos bebês por meio da música, utilizando-a também como instrumento de integração dos pequenos com suas famílias.

A ideia de desenvolver a atividade surgiu no projeto de extensão Cultura e Música na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Gramado, coordenado pela docente do Programa de Pós-graduação em Música do Instituto de Artes da UFRGS Jusamara Souza. O programa, realizado em 2013 e 2014, é uma parceria com a Secretaria de Educação e atingiu 248 professores que atuam nas escolas municipais da educação infantil e do ensino fundamental gramadense.

Benefícios – Para Jusamara, trabalhar a música já na educação básica é de extrema importância para

estimular a concentração: “Quando existe um coro ou uma banda, tu precisas estar sempre atento ao teu papel dentro do grande grupo, e isso acaba trabalhando a tua atenção”. A música também traz benefícios aos problemas de socialização: “A convivência e o fazer musical acabam dando às crianças a oportunidade de se manifestarem de outras formas, não só gritando ou chorando. Assim elas disciplinam seu modo de agir e passam a interagir melhor umas com as outras”, explica.

Na fase inicial do projeto, foram oferecidas oficinas para docentes da rede municipal da cidade serrana, a fim de incentivar produções na área e a inserção da musicalização nas escolas – conforme prevê a Lei Federal n.º 11.769/2008. As professoras puderam participar de workshops ministrados por docentes e bolsistas do curso de Música

da UFRGS. Segundo Jusamara, é preciso aperfeiçoar com os professores e pedagogos não só a teoria musical. Nas oficinas, instrutores fizeram a formação para o canto, com a prática do canto coletivo e sua didática, falaram sobre os efeitos dos ritmos em relação ao corpo e a importância da escuta musical.

Reconhecimento – As professoras Daniele Liedtke Birck, Jéssica dos Santos Haack, Caroline Bianchi Fattori e Eliza Lauer Klock, que participaram das oficinas, sentiram-se estimuladas e criaram um projeto com crianças de 4 meses a 2 anos. No ano passado, a iniciativa foi contemplada na categoria Tema Livre - Educação Infantil do 8.º Prêmio Professores do Brasil/MEC. Quatro projetos de educação infantil de Gramado foram inscritos, porém o *Conhecendo o mundo dos sons* foi o único premiado.

Pelo projeto, foram confeccionadas caixas com três CDs de música, um para cada tipo de rotina. Na hora de brincar, por exemplo, as professoras colocam melodias com repique de tambores, o que as deixa mais eufóricas e desperta movimentos de acompanhamento, como o bater das mãozinhas. Essa caixa também é levada para casa para que os pais façam a atividade com as crianças, sendo a experiência relatada em um caderno. “Há música para a hora do banho, para a hora de comer, de brincar e de dormir. Muitos relatam maravilhosos a reação de seus filhos”, afirma Jéssica.

Ludicidade – A mãe de Valentina vê no projeto a capacidade de despertar o lúdico. Sua relação com a filha mudou com as atividades musicais realizadas em casa. A hora do banho tornou-se um momento divertido, criando também um ambiente mais sereno. Tão importante quanto o ensino de português e matemática, Jusamara vê na experiência com os sons uma via fundamental para adquirir conhecimento e desenvolver capacidades: “Muita gente fala que pra fazer música é preciso ter talento, que se tem de nascer com o dom, mas não é isso, é uma questão de oportunidade. Se as crianças têm a chance de experimentar, sabemos que elas irão desenvolver aspectos cognitivos, como atenção e outras habilidades”.

Para a coordenadora de educação Marcia Scur, os pais devem atentar para os trabalhos que são desenvolvidos na escola. No geral, a educação infantil é vista como assistencialismo: “Muitos dizem que é só trocar a fralda, alimentar e fazer dormir, e na verdade não é. A criança está sendo estimulada, incentivada durante o tempo dela na escola”, afirma. Os projetos que utilizam a música como uma forma de desenvolvimento cognitivo serão mantidos em 2015, com novas ideias e desafios: “A música não pode ser um bem adquirido somente em escolas ou aulas particulares, pois é indispensável para formar uma pessoa sensível à obra, e não necessariamente um artista”, conclui Jusamara.

Jéssica Menzel, estudante do 7.º semestre de jornalismo da Fabico

Dois-pontos

Antônio Falcetta, revisor

antonio.falcetta@secom.ufrgs.br

► Abatedouro

Sou educador de longa data. Trabalhei nas várias etapas do ensino: na educação infantil, que me ensinou a sentir com o outro; nos anos iniciais, em que aprendi a ver o fascínio por aprender; nos anos finais, em que compreendi que conhecimento não rima com liberdade; no ensino pré-vestibular, em que vislumbrei nos ricos a certeza da riqueza e nos pobres que esperança é teimosia; no ensino superior, um colegião em que se tem de levar o aluno quase pela mão.

Nesse cadinho ponho também meus referenciais escolares – de já algumas décadas. Nunca fui um aluno comportado. Era, sim, um apaixonado pela escola. Independentemente da quantidade de

conteúdo que não sei, ficou um atributo sedimentado sem trauma: o desejo de aprender. Sempre me causou orgulho (veja!) ser chamado de “professor”, apesar do desprestígio protagonizado pelos idólatras do pragmatismo técnico – ainda que esses pragmáticos cartesianos, no corpo a corpo, em suas estratégias de cumplicidade, não poupem questúnculas como: *Mas, professor, me ferem os ouvidos expressões como cair um tombo, subir para cima... Onde foi parar a educação neste país?*

Nessa visão sobre o educar, que tem no seu caput semântico o par ‘professor-aluno’, há, contudo, a regência daquele que professa (uma doutrina ou regra) ao ente ‘sem luz’ (*a-lumnus*). Se professa, é adepto, seguidor tal qual um monge. Sim, esse

modo de tratar o conhecimento não está muito longe da fé. Produz um discurso autorreferenciado. Considero isso elemento suficiente para uma CPI epistêmica.

Agir para que o outro saiba obedecer, receber e depositar cegamente seu potencial de crer, como um pastor e sua flauta a guiar ovelhas pelos pastos sempre e até o dia em que as irá levar saltitantes ao abatedouro. A minha ecologia radical chegou ao magistério. Salvemos os educandos das lâminas dissecadoras de outras possibilidades de projetos/modos de vida. Salvemos os estudantes dos frigoríficos de ideias. Proponho o exílio da palavra professor! E os que agem conforme – que assumam as seitas a que pertencem e as doutrinas que professam. (Muitos narizes torcidos conjecturam sobre os

disparates deste cronista.)

Proponho, em nome da genialidade de um Paulo Freire, que se institua a palavra *educador* como a única possível para nomear a atividade dos que colaboram para o crescimento do outro e de todos. Educar é um despojar-se em nome do outro, muito mais que professar. Educar centra-se no que aprende, e não no que ensina; é construir com, e não professar o que é e não é permitido pensar.

Não estou aqui para ferir memórias, pois também tenho as minhas e não são absolutamente negativas, mas tenho ânsia de ver não a agilidade PGQP da indústria de cosméticos, mas um eterno repensar-se e reprogramar-se no educar. Que não sejam natimortos outras possibilidades e o fascínio por aprender!

Resgate de um símbolo

Capelinha

Construção mais antiga da UFRGS recebe doações para restauro

Localizada na Estação Experimental Agronômica (EEA), em Eldorado do Sul, a Capela de São Pedro ou Capelinha, como foi apelidada pelos servidores do local, é um templo religioso católico pertencente à UFRGS. Erguida em 1893, é o patrimônio mais antigo da Universidade, sendo considerado um importante registro histórico da região. Na época da sua construção, integrava a Fazenda Evangelina, propriedade do casal Mario Silva Jardim e Maria Evangelina Ferreira Porto.

Em 1960, a UFRGS adquiriu a área de 1.150 hectares das terras da fazenda, instalando no local a Estação Experimental, órgão ligado à Faculdade de Agronomia e concebido para o desenvolvimento de atividades voltadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, relacionadas ao setor agropecuário. Na época da aquisição, a propriedade havia sido herdada pelo filho dos donos, Ruy Porto da Silva Jardim e sua esposa, Daisy Knesse da Silva Jardim. A Capelinha é a única edificação original da fazenda; as outras estruturas foram demolidas e novos prédios tiveram de ser construídos após a compra pela Universidade.

Considerada um símbolo da Es-

tação, a Capela ocupa lugar central, próximo ao prédio da administração, do refeitório, dos alojamentos e do prédio de salas de aula. Na sua frente estão localizadas figueiras centenárias, outro local de importante preservação. A edificação é formada por dois ambientes: um destinado ao salão principal, onde fica localizado o altar com imagens de santos, entre eles São Pedro, o padroeiro da capela; e a sacristia, que não apresenta móveis originais.

Estilo rústico – Com simplicidade arquitetônica, o prédio tem uma área total de 59 m². Diego Devincenzi, mestre em História e assistente administrativo no Setor do Patrimônio Histórico (SPH) da UFRGS, realizou o levantamento histórico da Capela e da Estação Experimental Agronômica. Ele comenta que muitos dos imóveis das antigas estâncias gaúchas possuíam modelos mais rústicos e sem muitos adornos, por se tratar de uma região de fronteira, ligada à militarização e à defesa do território, o que fazia as edificações serem mais simples, devido à falta de tempo e à pouca preocupação com rebuscamentos.

A restauração do prédio simboliza um resgate histórico do papel das capelas rurais nas comunidades e nos costumes culturais religiosos no século XIX. “A presença de tais edificações em comunidades rurais é constante em todo o território nacional, servindo como estrutura de fomento para ações religiosas em locais afastados dos grandes centros urbanos e sem contato com

paróquias e agentes da Igreja. Apesar da participação da comunidade eclesial em Porto Alegre e em outras grandes cidades do estado na difusão do catolicismo no Rio Grande do Sul, é fundamental ressaltar que a comunidade de leigos contribuiu enormemente para esses fins, como foi o caso da família Ferreira Porto, responsável pela construção da Capela de São Pedro”, ressalta Diego.

Matrimônios – A Estação Experimental Agronômica é muito apreciada pelos funcionários locais. Uma prova disso foi a realização de três casamentos na Capelinha. Em 1988, foi realizada a primeira cerimônia no local, celebrando o casamento entre o docente da Faculdade de Agronomia Gilmar Marodin e Rosilan Ferreira Antonello. Na época, Marodin era diretor da Estação e achou que a cerimônia traria visibilidade ao local, ensejando a realização de uma pequena reforma. A Capela recebeu uma nova pintura e conserto no telhado, além de uma limpeza pesada. Também foram replantadas algumas palmeiras localizadas à frente do prédio, com mudas produzidas na própria Estação.

Outro atrativo para a realização das bodas foi o grande apreço do casal pela área rural e a forte ligação de Marodin com a Estação, local que frequenta praticamente todas as semanas desde a época em que cursava a graduação, em 1978. “O ambiente bucólico, com as suas raízes fincadas numa área verde, atraiu eu e a minha esposa, que vimos a

oportunidade de fazer o casamento em um espaço muito bonito”, revela. Um problema enfrentado pelo casal uma semana antes da cerimônia foi o incêndio do Galpão Crioulo localizado na EEA, onde ocorreria a festa das núpcias. O imprevisto aconteceu durante um churrasco organizado pelos alunos, que não tiveram como salvar o local, devido à seca da época e à localização afastada da Estação, o que dificultou a chegada dos bombeiros. O professor teve de encontrar às pressas um novo lugar para a festa, mas manteve a celebração na Capelinha. A cerimônia foi realizada pelo padre Ervino Lothar Sulzbach, pároco do município de Arroio dos Ratos. Os outros casamentos ocorridos no local foram o do professor Aldo Merotto Júnior, em 2001, e o de Márcia Trein, filha do docente da Agronomia Carlos Trein, em 2003.

“Considero a Capela um símbolo da Estação, um marco entre o passado de uma fazenda tradicional e a Estação de fins acadêmicos. É uma área que avalio como fundamental para os cursos de Agronomia, Zootecnia e Veterinária pela capacidade de mostrar a realidade que os alunos irão encontrar fora da faculdade, principalmente por colocar estudantes cada vez mais urbanos em contato com o meio rural”, destaca Marodin.

Obras e custos – Avaliada em R\$ 225 mil, a reforma irá reparar a pintura, o piso, as esquadrias e a pavimentação externa. Além disso, será construído um memorial no

local da sacristia dedicado à história da Capelinha e da EEA. A ideia é preservar a arquitetura original, a materialidade e a técnica construtiva do prédio. Também será construída uma rampa de acesso junto à entrada da sacristia, permitindo a acessibilidade universal ao local.

A captação de recursos começou em dezembro do ano passado, durante a 15.ª edição do Dia da Doação. A campanha anual é destinada à restauração e à conservação dos prédios históricos, integrando o projeto *Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS*. Desde o início do projeto foram arrecadados 19 milhões de reais, o que possibilita a recuperação de sete dos 12 prédios da primeira geração de construções históricas da Universidade.

Laura Pacheco dos Santos, aluna do 8.º semestre de Jornalismo da Fabico

Contribua

O Setor de Patrimônio Histórico está captando recursos para a restauração da Capelinha. A iniciativa, amparada pela Lei do Incentivo à Cultura do governo federal, permite às empresas e aos cidadãos doarem parte do Imposto de Renda Devido para ações culturais, até o limite de 4% para pessoas jurídicas e de 6% para pessoas físicas. Mais informações pelo telefone 3308-4500.



A Capela de São Pedro tem um estilo rústico e sem ornamentos



FLAVIO DUTRA/JU

Luta pela inclusão

Juliana Tavares, estudante de Relações Públicas, ingressou na UFRGS em 2012 pela Lei de Cotas e hoje precisa conciliar o expediente de oito horas com as aulas noturnas

Cotas Políticas de acesso à universidade mudam o perfil dos estudantes

Edilson Amaral Nabarro observa a foto de formatura do seu sobrinho e conta atentamente quantos negros se graduaram com ele em 2014. São oito, em uma turma de 38 pessoas. Já Juliana Tavares, de 22 anos, era a única negra de sua turma no ensino fundamental e uma das poucas na escola particular em que estudava. Atualmente cursando Relações Públicas na UFRGS, ela tenta apagar as marcas adquiridas pelo preconceito na infância e faz sua trajetória em um espaço que vêm abrindo, cada vez mais, as portas à inclusão.

Filha de uma técnica em enfermagem e de um tenente do exército aposentado, Juliana estudou até a quinta série na escola particular Nossa Senhora do Brasil, em Porto Alegre. Sem condições de continuar pagando para que a filha tivesse acesso à educação, conseguiu uma das vagas por seleção no Colégio de Aplicação da UFRGS. No ensino médio, frequentou uma feira de profissões e se informou sobre as universidades particulares da cidade. Os valores estavam distantes do que sua família poderia pagar: “Não ia conseguir me manter. Meus pais nem cogitaram a possibilidade de eu trabalhar pra bancar a faculdade, como muitos estudantes fazem”. Concluído o ensino médio, a jovem ganhou uma bolsa no curso pré-ves-

tibular Unificado, onde trabalhou em um turno e frequentou as aulas no outro. Depois de um ano de dedicação, ingressou na Universidade em 2012 por meio da Lei de Cotas.

Edilson é servidor técnico-administrativo da Coordenadoria de Ações Afirmativas da UFRGS e, para ele, presenciar oito negros se graduando em Enfermagem na turma de seu sobrinho é o reflexo da política de cotas nas universidades brasileiras: “Agora começamos a ter um ciclo maior de diplomação de cotistas, mas esse aumento também é notável no ingresso”. Em 2008, a UFRGS reservou um total de 30% das vagas em todos os cursos para alunos oriundos de escolas públicas, sendo a metade desse percentual destinada à categoria PPI (pretos, pardos e indígenas). Para a socióloga Arabela Oliven, essa medida significou uma maior inserção de alunos de baixa renda e autodeclarados negros: “Antes das cotas, apenas 3% dos estudantes aprovados se autodeclaravam negros (incluindo nessa categoria pretos e pardos). Com a adoção das ações afirmativas, essa porcentagem passou para 11%”.

Ações afirmativas – Com a Lei n.º 12.711, as cotas sociais passaram a constituir uma política de Estado nas instituições públicas federais de ensino superior no Brasil. Segundo Arabela, com o novo modelo de ingresso, 20 graduações da UFRGS tiveram todas as vagas para cotistas preenchidas por estudantes de escolas públicas autodeclarados negros – em anos anteriores, o número de cursos que ocupavam todas as cotas raciais girava em torno de cinco. “A Medicina, um dos cursos mais seletivos, no período entre 2008 e

2011, recebeu apenas três alunos autodeclarados negros. Mas em 2012 foram preenchidas as 21 vagas”, explica. Conforme a Lei de Cotas, 50% do total de vagas nas universidades federais deverão ser destinadas, até 2016, a alunos oriundos do ensino médio público. Desse índice, o percentual demográfico de pretos, pardos e indígenas em cada estado brasileiro irá definir a quantidade de vagas destinadas a cada grupo.

Na visão de Edilson, o pré-requisito de ter cursado o ensino médio apenas em escolas públicas contribui para que mais jovens de baixa renda se candidatem às vagas nas universidades federais, mas ele considera que essa iniciativa ainda está em fase larval: “É uma política muito recente, as universidades ainda não estão estruturalmente 100% preparadas para receber esses alunos, mas isso são conquistas do tempo”. A professora Arabela acredita que as instituições estão mais sensíveis aos anseios desse novo aluno: “Em alguns casos, os cotistas necessitam de tempo para se adaptar às exigências da vida universitária. Muitos dentre eles são a primeira geração da família a frequentar um curso superior. Muito já foi feito e muito se precisa fazer. Por isso, cada universidade deve conhecer a sua nova realidade e procurar enfrentar os desafios que se colocam”.

Edilson não vê as cotas como um modelo de inserção discriminatório, e sim como um reparo aos danos causados nos pilares da educação: “Não tem nada a ver com inteligência. As pessoas não têm igualdade de oportunidades. As cotas vieram pra compensar a vulnerabilidade em processos anteriores”. Arabela enxerga o sistema de cotas como

algo fundamental para a inclusão de estudantes de grupos desprivilegiados. Ele representa uma mobilidade patrocinada pelo Estado que favorece estudantes que não teriam outro modo de obter uma formação profissional qualificada em uma universidade pública.

Outras possibilidades – Outros programas contribuíram para o ingresso de jovens de baixa renda. O ProUni – Programa Universidade para Todos – foi criado em 2005 com a finalidade de conceder bolsas nas instituições privadas de ensino superior do país. A seleção de candidatos às bolsas do programa leva em consideração a renda familiar e o percentual de negros e indígenas na população do estado em que se encontra a universidade.

Bruna Escouto, de 22 anos, viu no ProUni a oportunidade de ter uma graduação. Em 2011, com sua mãe trabalhando como diarista e o pai desempregado, ela ingressou no curso de Fisioterapia da Ulbra com bolsa integral. Bruna sai todos os dias de Guaíba, cidade em que vive, por volta de 6 da manhã, e se desloca à Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, onde trabalha. Com o estágio obrigatório, suas tardes também ficaram ocupadas. À noite, a jovem se dirige a Canoas, na região metropolitana, para assistir às aulas da faculdade. Retorna a sua casa de madrugada.

A professora Arabela explica que, até 2010, o número de beneficiados pelo ProUni passou de um milhão, prevalecendo o oferecimento de bolsas integrais para as quais a renda familiar per capita seja de até um salário mínimo e meio. “A maioria desses bolsistas frequenta cursos

noturnos, tem poucos recursos e trabalha durante o dia”, conclui Arabela.

Juliana Tavares é mais uma estudante que alterna seus estudos com outras atividades. Porém, ao contrário de Bruna, não está trabalhando na sua área. Com carteira assinada, ela cumpre um expediente de oito horas no SESC e participa das aulas da UFRGS à noite. Sua maior dificuldade é conciliar os estudos com as demais atividades: “Foi difícil me manter na faculdade com o horário de trabalho. Agora estudo à noite e ainda tenho eletivas à tarde e pela manhã. Mas não entrei na faculdade pra seguir modinhas, vou continuar sendo eu mesma, independentemente de onde estiver”.

Atenta às exigências do mercado de trabalho, Juliana pretende terminar sua graduação e fazer outros cursos técnicos para aprimorar seu currículo. Na sua família, apenas sua mãe e duas tias possuem graduação. Agora ela tenta persuadir seus dois irmãos da importância de cursar uma faculdade: “Eu não sei que rumo vai tomar a educação, mas falo pro meu irmão que, se ele não estudar, ele não vai ser ninguém, não vai ter espaço”.

Para Arabela, a desigualdade social no Brasil reflete-se diretamente na estrutura de oportunidades na educação: “Se quisermos construir uma sociedade mais justa, essas múltiplas desigualdades necessitam ser enfrentadas e combatidas. Por isso é importante melhorar a escola pública e dar maiores oportunidades de acesso às universidades àqueles segmentos que historicamente delas foram excluídos”.

Jéssica Menzel, estudante do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico

A falência das águas urbanas



GUSTAVO DIEHL/JU

O especialista também considera que a falta de água em capitais como São Paulo é resultado da ausência de planejamento urbano

Carlos Tucci Para o consultor ambiental, seca no Sudeste prova que o setor de saneamento é o pior do Brasil

Jacira Cabral da Silveira

Inundação e esgoto não são problemas, mas uma oportunidade para a promoção de mudanças importantes nas cidades. A avaliação é de Carlos Eduardo Morelli Tucci, engenheiro civil com mestrado em recursos hídricos e saneamento ambiental. Há mais de seis anos ele presta consultoria ambiental a estados brasileiros e a organismos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial e a Comunidade Andina de Fomento (CAF). Mais recentemente, desenvolveu um programa de avaliação integrada para a América Latina, que será implantado em cidades do Uruguai e do Equador no primeiro semestre deste ano. Aposentado pelo Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS em 2006, Tucci permanece colaborando com o Programa de Pós-graduação da unidade, orientando pesquisas de doutorado.

Crítico contumaz à falta de gerenciamento dos recursos hídricos, o professor considera que um dos problemas das grandes concentrações urbanas é a carência de integração entre as empresas que atuam no setor: “Elas trabalham isoladamente: uma faz drenagem, outra esgoto e outra se ocupa dos resíduos sólidos.

Não há conversa entre elas, embora os problemas estejam interligados”. Analisando a crise paulista dos últimos meses, Tucci critica a ausência de planejamento urbano a partir de uma infraestrutura que privilegie a qualidade de vida e a conservação ambiental. “A situação atual das cidades se explica pela falta de gestão integrada e adequada. É como se você estivesse numa CTI sendo tratado por cinco médicos e nenhum conversasse com o outro”, resume.

Ao receber a reportagem do Jornal da Universidade em seu escritório, Tucci transformou uma entrevista em uma aula de hidrologia e consciência social em prol do meio ambiente, com críticas contundentes a governos relapsos.

Especialmente falando da cidade de São Paulo: fenômeno ou mau gerenciamento?

É um somatório. Toda grande crise, como a queda de um avião, não tem causa única, é uma combinação de fatores que levam àquela situação. A região metropolitana paulista enfrenta problemas de seca há mais de 15 anos. Isso mostra uma falta de estratégia – e isso é o que eu reclamo dos governos: eles apagam fogueiras, não fazem planejamento de longo prazo. Temos muito governo e pouco Estado.

Em termos de recursos hídricos, o que o problema da escassez representa?

Recursos hídricos é uma área interdisciplinar. Precisa-se de água para beber, para a indústria, para a agricultura, para a produção de energia, na navegação. Há ainda os desastres naturais. Temos um estado setorizado, com secretaria de obras, de agricultura, secretaria disso e daquilo. Por isso, se você quer identificar onde está o gargalo, comece

pelo institucional. Estão lá todos os problemas: as pessoas, a gestão, a organização. Isso não significa que, se existir uma gestão, estará tudo resolvido. Como na matemática, é uma condição necessária, mas não suficiente. Se hoje vivemos uma falência urbana, é por causa das empresas de saneamento. Elas lutaram com unhas e dentes para que a drenagem e os resíduos sólidos não estivessem dentro da lei de saneamento – eu até fui ao Congresso falar a respeito. Isso é um absurdo! Fizeram isso porque não dava renda pra eles. São empresas com muitos vícios, que não querem ouvir falar da Lei de Saneamento. Atualmente entregam água, mas quanto ao esgoto dizem não precisar fazer porque é muito caro. É uma empresa pior que a outra. O saneamento é o pior setor do Brasil hoje em dia. Enquanto não se arrumar o institucional, esquece, não vai dar em nada. Em fevereiro, a Globo News exibiu um programa realizado em 2003, e em 2015 é a mesma coisa – o desastre se repete. A Associação Brasileira de Recursos Hídricos conseguiu aprovar a Lei de Recursos Hídricos em 1997, mas e daí? Mudou alguma coisa? Nada. Sabe o que essas empresas fazem? Elas realizam o tratamento que acham que devem fazer, mas não se preocupam com o rio. O empresário faz aquilo como uma espécie de comando contínuo. É o médico que faz a cirurgia e vai pra casa sem querer saber se o paciente sobreviveu.

Voltando à crise hídrica paulista, como fica?

Se você olhar o cenário, só a represa Billings tem um trilhão de metros cúbicos e está com 60% desse volume, e existe ainda o Tietê. Água tem bastante, mas está contaminada, porque o seu tratamento

era muito caro para a empresa. A mentalidade é: “Se tratar o esgoto pelo que recebo, não tenho recuperação de custo. Então não faço”. Só que a empresa recebia tudo o que tinha de receber pelo esgoto, porque a nossa (in)Justiça diz que se pode cobrar já na coleta do esgoto. Em Porto Alegre aconteceu o mesmo. Por que vou tratar se já recebi tudo o que tinha para receber? Porque coletar e tratar custa 60% do investimento, e a água, 40%. Normalmente a lei brasileira faz você pagar 100% pela água e 80% pelo esgoto. Por isso, com o passar do tempo, foi subindo o preço da água para compensar – e aí o cara nem tratou [do esgoto] porque não precisa tratar. Não é necessário buscar bons exemplos nos Estados Unidos. Em Medellín, na Colômbia, uma empresa pública coleta e trata o esgoto de 3,2 milhões de pessoas ao custo, em 2009, de 1,7 dólares o metro cúbico – o custo do tratamento do esgoto alcança 60%, enquanto o da água não ultrapassa os 40%. Nós temos muito mais dinheiro do que toda essa nossa vizinhança. O PIB do estado de São Paulo, por exemplo, é maior que o da Argentina, mas os paulistas tratam somente 40% de seus esgotos. Isso é uma vergonha! Existem países com PIB bem menor que esse e com uma cobertura muito melhor. Então, é um problema de política pública.

O que é a seca perfeita?

É como dizer ‘o terremoto perfeito’. Combina tudo o que de pior pode acontecer. Na Região Sul é raríssimo a variação cair abaixo de 60% na média. O nosso estado teve dez anos consecutivos de seca, de 1942 a 1951, variando 60%, 70%, 80% da média. Não fiz essa pesquisa, mas recomendaria aos historiadores que estudassem esse período, porque acho que foi

esse fenômeno que empurrou o gaúcho em direção ao norte. No Rio Grande do Sul, como o solo não é profundo, o lençol subterrâneo seca, e você fica sem água. E, com um período tão longo de seca, não havia sustentabilidade na agricultura, o que naquela época era fundamental.

Qual a situação do Rio Grande do Sul?

Aqui nunca vai faltar água porque a demanda é pequena. Nosso problema não é orgânico, pois geralmente o tratamento realizado retira os coliformes responsáveis por transmitir doença. O problema do orgânico é quando tem toxina gerada pela morte das algas. Isso ocorre em zonas de reservatórios em que existe muito nitrogênio fóssil. A toxina age sobre o fígado das pessoas, provocando cirrose. Houve o famoso caso de Caruaru, em 1999, quando muitas pessoas morreram porque o abastecimento de água de um hospital que oferecia diálise foi retirado de um lago que continha a toxina. Somente a partir de 2000 as empresas de saneamento passaram a ter de fazer um monitoramento para identificar se há a presença da toxina na água, já que os tratamentos hidráulicos que temos no Brasil não a eliminam.

Daqui pra frente como vamos lidar com as questões climáticas e a relação do homem com o meio ambiente?

Isso está na história. Todas as regiões tiveram suas grandes secas e, naquela época, como a sustentabilidade era baixa, as pessoas saíam de uma zona para outra. Os dados históricos têm de cem a cento e poucos anos, mas existem outras formas de se obterem informações sobre o passado, estudando, por exemplo, a glaciologia, que analisa as camadas de gelo. Outra maneira é a adotada pela dendrohidrologia, que faz uma análise dos anéis nas árvores. Cada anel corresponde ao período de um ano e, correlacionando com a chuva, consegue-se fazer extensões de séries de 600 anos. Existe um caso muito interessante na Nova Inglaterra: foi estudada determinada população e se observou que, em um período de dez anos, ela havia desaparecido da região. Fazendo um estudo dos anéis das árvores, constatou-se que aquele período havia sido o mais seco em 600 anos. Ou seja, a sustentabilidade está na história: nos índios anasazi, no oeste americano; talvez no Rio Grande do Sul nessa época de 40 a 50; no Pantanal, nos anos 60. O clima sempre variou. Agora, se é mudança ou variabilidade climática, não sei. Provavelmente tenhamos alguns componentes de mudança climática somados à variabilidade climática. Por exemplo, há um modelo climático que prevê que do Rio Grande Sul para cima haverá reduções consideráveis de chuva nos próximos 30 anos. Agora, o grau de incerteza disso é razoável, mas, se acontecer, perde-se de 15% a 30% da precipitação.

Impressões de Paris

Julia da Rosa Simões*

Paris é uma cidade tranquila para se morar. Tirando os pontos de grande afluência turística mais óbvios (monumentos, museus, lojas e algumas ruas-fetice), podemos viver sem precisar enfrentar grandes muvucas ou aglomerações. Para quem tem prazo para ir embora (os 12 meses da bolsa de doutorado sanduíche da CAPES), mesmo estudando, trabalhando e frequentando a universidade, é difícil não se sentir um pouco de férias num ambiente de tamanha beleza e segurança – tema das conversas com os familiares e amigos que ficaram no Brasil. A presença policial é discreta, quase despercebida, mas eficaz: um batedor de carteiras no metrô pode de repente passar correndo perseguido por nada menos que três agentes parrudos e armados, saídos não se sabe de onde. Viajei com a família, e ao clima idílico do bairro residencial não turístico dentro do perímetro central da capital francesa se somam os fatos de meus filhos estarem adaptados ao colégio, fluentes na língua e felizes.

Para a historiadora e leitora que sou, Paris é como um museu a céu aberto. Cenas históricas ou ficcionais facilmente se sobrepõem ao que vejo ao longo de qualquer passeio. No entanto, mesmo com esse “conhecimento de causa”, um item eu pouco associava à beleza parisiense nas minhas viagens turísticas anteriores. Só agora tenho tempo para sentir a força e a presença da guerra na cidade – da Segunda Guerra. Com os meses é que a sombra da Ocupação de fato coloriu meu olhar, quando comecei a passar da condição de turista para a de moradora. Percebi que a ideia de que “Paris foi razoavelmente poupada” se referia mais à existência concreta e material da cidade (ao contrário de Berlim, onde passamos o Natal e tínhamos a impressão de ver os buracos deixados pelos bombardeios) do que a uma marca imaterial e impalpável, mas bastante presente. Para uma brasileira que tem a guerra como uma coisa remotíssima no cotidiano de Porto Alegre, foi uma descoberta palpável e viva, sem a distância dos livros: há pouquíssimo tempo, a luta armada entrou na cidade e pessoas morreram em suas ruas e praças.

Num desses espaços verdes parisienses, quando o sol ainda permitia roer a baguete ao ar livre, tive uma espécie de calafrio retrospectivo ao sentir o fantasma da guerra passando às minhas costas. A Square du Temple abriga uma singela placa em homenagem às 85 crianças daquele bairro que foram deportadas e assassinadas em Auschwitz antes mesmo de terem idade para frequentar uma escola. Quinhentas crianças do bairro sofreram o mesmo destino (entre as mais de onze mil na França inteira), mas aquelas 85, com seus nomes e sobrenomes expostos na placa, com idades entre dois meses (dois meses!) e seis anos, me deixaram estupefata, triste, revoltada. “Não as esqueçamos jamais”, pedia o letreiro. As crianças que brincavam ali de repente não brincaram mais.

Aos poucos, pequenas experiências como essa começam a se somar. A praça ao lado de casa homenageia um deputado do bairro que foi preso e fuzilado pelos nazistas juntamente com 26 patriotas, me informa outra placa discreta. Na ida a pé ao parque Georges Brassens, inúmeras são as indicações em muros de edifícios dos locais de fuzilamentos de resistentes (uma delas me informa que os três mortos em dado ponto tinham 16, 20 e 46 anos). Enfim, a

presença da Segunda Guerra é grande em Paris e na França como um todo. O dia da vitória de 1945 é feriado nas escolas e sempre há algum documentário sobre a guerra passando na tv (inclusive inéditos, como as pesadelares imagens de *Night Will Fall*, de Andre Singer), além de exposições.

Essa foi apenas uma das coisas que me marcaram na cidade. Outra, mais difícil de explicar, tem a ver com algo sutil, mas também mais premente. Enquanto parece haver muita coisa a ser purgada em relação à Segunda Guerra e aos judeus, é ainda pouco perceptível qualquer tipo de *mea culpa* em relação ao imperialismo francês nas colônias africanas e americanas. Há pouca incorporação das questões étnico-culturais à vida da metrópole, pelo menos da maneira aberta e direta com que a guerra aparece. Claro que Paris é uma cidade cosmopolita repleta de gente de uma multiplicidade de cores, credos e culturas, mas sempre fico com a sensação de que tem algo muito profundo que não consigo entender, como se houvesse diferenças intransponíveis entre as pessoas que fogem à minha capacidade de avaliar. Posso ir ao mercado árabe da minha rua, ter amigos negros, colegas coreanos, mas invariavelmente há um pano de fundo que perpetua nossa diferença. Talvez porque sou estrangeira – na França preciso ter mais cuidado para não ferir suscetibilidades, como se todos estivessem sempre pisando em ovos, num estado de tensão.

Explico melhor. No Brasil, mesmo alguém muito diferente de mim é brasileiro, essa é a base comum entre mim e os outros, e é a partir desse ponto que coloco em ação todos os meus preconceitos e julgamentos, medos, expectativas, o que for. Aqui em Paris, sinto que primeiro preciso identificar a que grupo a pessoa à minha frente pertence (congolês, senegalês, libanês, marroquino, chinês, paquistanês, indiano e muitos mais) para depois tratá-la como francesa e, daí sim, deixar minhas idiossincrasias se relacionarem com as dela.

Enfim, são impressões que talvez não tenham nada de relevante, que vêm e vão, e com as quais nem sei direito o que fazer. São impressões que certamente vou comparar com as que terei ao voltar para Porto Alegre, com as de uma próxima viagem para qualquer outro lugar, quem sabe com novas impressões de Paris em anos vindouros. Mas elas voltaram com força entre 7 e 9 de janeiro com os ataques e as mortes no Charlie Hebdo, em Montrouge e em Vincennes. A tensão se materializou.

No dia em que os desenhistas foram assassinados, ainda era difícil saber como reagir ao que estava acontecendo. Nas ruas de nosso bairro, longe do local do atentado, a vida seguia normal. O centro de orações a duas quadras de casa estava calmo, sem nenhum policial de plantão (ao contrário do que tínhamos visto outra vez, após um alerta de atentado contra muçulmanos). No shopping duas quadras mais adiante, nada também. O primeiro dia de promoções de inverno foi intenso, bandos de homens e mulheres saíam das lojas com sacolas e mais sacolas. Na beira do Sena, tudo igual, a Torre Eiffel brilhava tranquila. Nenhum policiamento nas ruas, as pessoas viviam como se nada tivesse acontecido.

No dia seguinte, com o ataque em Montrouge, mais perto de casa, a tensão aumentou: o medo de que ataques terroristas, aleatórios e incompreensíveis, pudessem se repetir virtualmente, em qualquer ponto da cidade, nos manteve dentro de casa. Mesmo

assim, as crianças foram normalmente ao colégio. Voltaram com perguntas sobre os “bandidos”, dizendo que tinham feito o minuto de silêncio na hora do almoço – minuto esse que acompanhamos pelas badaladas da Notre-Dame na televisão, emocionantes e pesadas sobre um país em luto.

Na sexta, o mais velho teve a aula de natação cancelada na escola (o plano de vigilância francês em “Alerta Atentado” proíbe saídas escolares. As crianças não podem mais andar duas quadras até a piscina pública do bairro), mas as atividades nas escolas transcorreram normalmente até o fim do dia. A tensão chegou ao paroxismo com os dois irmãos encurralados em Dammartin-en-Goële e os reféns no supermercado kasher. Passamos o dia na frente da televisão, e a aula que eu tinha às 17h simplesmente foi esquecida. A ideia de entrar num metrô parecia absolutamente sinistra, pois eram constantes as interrupções a cada “pacote suspeito” detectado.

Depois de tudo “resolvido”, o sábado foi de silêncio, mas saímos para aproveitar as poucas horas de claridade numa das praças do nosso bairro para as crianças brincarem e correrem. Domingo, demos um jeito de arranjar uma babá e fomos conferir a manifestação. Eu precisava ver, sair do perímetro

de casa e voltar a me aventurar pela cidade. Foi uma experiência marcante. Acho que nunca estive no meio de tanta gente, nunca vi tantas pessoas juntas. Todos avançavam calmamente, em silêncio, ao som dos passos e das roupas roçando umas nas outras. Às vezes, uma onda de aplausos vinha lá da frente, passava pela gente e se perdia lá atrás. O silêncio voltava, até que alguém puxava alguns gritos de *Liberté* ou *Charlie*, imitados por todos, e logo tudo silenciava. Não vi nenhum político, nenhuma das mídias, nada “oficial”. Apenas grupos de velhinhas andando juntas, famílias com bebês de colo e carrinhos, crianças com cartazes, jovens com flores, casais de amigos.

A “manif” me fez um bem danado. Voltei a ter a sensação de que Paris é uma cidade segura, em que as pessoas saem às ruas, caminham, passeiam e fazem questão de se reapropriar do que é delas, mesmo em meio a todas as tensões da dura realidade do cotidiano: um valor que nós, que nunca tivemos nosso país invadido por forças estrangeiras e devastado pela guerra, talvez vivamos de maneira diferente – o valor da liberdade.

*Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História da UFRGS e bolsista Capes





Lídia Nunes (centro) atua no Banco de Alimentos da Ceasa, iniciativa que colabora na redução do desperdício de alimentos



FLAVIO DUTRA/JU

Evitando a escassez

Pesquisa UFRGS passa a integrar grupo de combate ao desperdício de alimentos

O relatório *Os Rastros do Desperdício de Alimentos: Impactos sobre os Recursos Naturais*, divulgado em 2013 pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), revela que um terço da produção para o consumo humano é desperdiçado, o que corresponde a 1,3 bilhão de toneladas de comida perdida anualmente. Dessa fatia, cerca de 50% se concentra na fase de pós-colheita e armazenamento, momento apontado pelo professor Rafael Gomes Dionello, da Faculdade de Agronomia da Universidade, como o de maior desperdício de grãos, devido ao tempo de estocagem. Como as condições de armazenamento nem sempre são as ideais, não raro os produtos sofrem ataques de fungos, roedores e toxinas.

A UFRGS integra, desde o fim de 2014, o World Food Preservation Center (WFPC), que se dedica ao combate à perda de alimentos em âmbito mundial. O programa tem por objetivo desenvolver novas tecnologias sustentáveis de baixo custo e atuar na formação de estudantes em preservação de alimentos pós-colheita. Composto por dez

instituições de ensino de cinco continentes, o grupo tem em seu cerne o compartilhamento de informações e tecnologias que podem ser adaptadas a necessidades específicas. “Essa troca de informações será muito valiosa, pois saberemos as tecnologias que estão sendo desenvolvidas em outros locais e poderemos trazê-las”, comemora Rafael.

Problemas de manejo – Para o professor e coordenador do Laboratório de Pós-colheita da Faculdade de Agronomia da UFRGS, Renar João Bender, uma das ações primordiais para a preservação dos alimentos é a utilização de equipamentos de refrigeração, a chamada cadeia de frio, fundamental para reduzir a velocidade do metabolismo das frutas e manter sua qualidade. O manejo, porém, preocupa: “Temos de trabalhar na educação de quem lida com o produto, pois é uma cadeia bastante longa. Passa do produtor para o transportador, para o atacadista, para o varejista. Há muito mau uso, não sendo apenas uma questão de tecnologia. Precisamos atuar em conjunto com as instituições que fornecem suporte, mas tem de ser uma via de mão dupla, em que eles exponham as suas demandas. A informação não pode ficar restrita à academia”, detalha o coordenador.

O aumento da produção para compensar as perdas finais é criticado pelos docentes, que lamentam o fato de se investir cada vez mais no plantio, mas não em conservação.

No website do WFPC, informações do artigo *Yield Trends are Insufficient to Double Global Crop*

Production by 2050, da Universidade de Minnesota, EUA, ganham destaque. De acordo com o estudo, será impossível fornecer alimentos a toda a população mundial no ano de 2050 se não houver mudanças nas práticas atuais. Resumidamente, não adiantará aumentar a produção sem melhorar o cuidado com o que é produzido.

Além disso, há o desafio de ampliar a produtividade por área trabalhada. “Nos anos 50, quando pensávamos em mais alimentos, aumentávamos a fronteira agrícola. Os países utilizavam áreas pouco ou não exploradas. Hoje, no Brasil, estamos no Centro Oeste e avançando em direção à Amazônia. Na África, há o problema da falta de água; na Ásia, temos água em abundância, mas não temos área disponível”, explica Renar.

A escassez de água, a limitação no segmento de fertilização, que se ressentem de fontes de fósforo, e o clima instável também são apontados pelo docente como empecilhos, ampliando ainda mais a necessidade de eficiência nas operações. A qualidade dos alimentos, muitas vezes afetada pela condição de transporte encontrada nas estradas ou no manuseio das cargas, é ponto presente nas pesquisas do grupo. Atualmente, o uso de pesticidas naturais não prejudiciais à saúde de quem aplica ou consome o alimento é estudado. O praguicida terra de diatomáceas, por exemplo, explica Rafael, configura-se uma alternativa viável ao gás fosfina, que, apesar de eficiente no controle de insetos, é extremamente tóxico aos seres vivos.

Ceasa – O Rio Grande do Sul é o terceiro maior produtor de grãos no Brasil, atrás apenas do Paraná e do líder Mato Grosso, apontam os dados de 2013 divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul (Ceasa/RS) é o grande centro distribuidor de hortigranjeiros, concentrando a comercialização de 35% do total consumido em solo rio-grandense.

Ademar Borelli, proprietário da Borelli Comércio e Representação de Frutas Ltda., realiza o transporte dos alimentos até as Centrais em câmaras frias, mas reclama de que não há refrigeração no local de comércio. Os produtos ficam horas expostos ao calor e ao sol, pois nem todos os boxes localizam-se à sombra, o que aumenta a taxa de desperdício – que em condições normais fica na casa dos 15% no atacado, com previsão de mais 5% no varejo. Um dos agravantes é o fato de os frigoríficos da Ceasa estarem temporariamente desativados, o que impede os comerciantes de conservarem melhor as mercadorias. O gerente operacional Paulo Regla informa que o serviço está inativo devido à mudança de administração dos equipamentos, antes sob a responsabilidade da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A reativação deve ocorrer em abril.

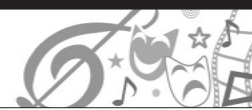
A higiene também gera descontentamento entre os atacadistas. O acúmulo de lixo nas proximidades dos pontos de venda prejudica a qualidade do ambiente em que os produtos estão, além de afetar as

negociações, dificultando o escoamento das mercadorias. Paulo declara que a administração está ciente da situação e garante que a empresa responsável pela limpeza já foi notificada.

Reaproveitamento – Como alternativa para amenizar o desperdício, existe há mais de uma década o projeto Banco de Alimentos, em que os produtos não comercializados devido ao aspecto, mas ainda próprios para o consumo, são aproveitados. Graças à ação, uma média de 50 mil pessoas são beneficiadas por mês.

Isabel Maurmann, supervisora-geral do projeto, explica como funciona a iniciativa: “Fazemos uma seleção do que pode ser reaproveitado e disponibilizamos para as instituições cadastradas”. As próprias instituições se encarregam de buscar as doações. O cadastro tem mais de 200 entidades, entre associações comunitárias, creches, asilos, centros umbandistas, paróquias católicas, igrejas evangélicas, albergues e comunidades terapêuticas. Conforme a supervisora, em um único dia, 19 de fevereiro, o Banco evitou que fossem para o lixo 4.148 quilos de hortifrutigranjeiros. Além disso, o projeto mantém um convênio com a Seven Boys, por meio do qual a fábrica de pães doa produtos que estejam amassados, muito cozidos ou mal cortados. Na mesma data mencionada anteriormente, foram entregues 324 quilos de pães, beneficiando 19 instituições.

Gabriel Jesus E. Brum, aluno do 6.º semestre de Jornalismo da Fabico



Do presente ao futuro do trabalho

Sociologia

Lançamento reflete sobre o mundo da atividade laboral

Analisar as transformações do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, seu papel na construção identitária dos indivíduos, o impacto nas relações sociais e prospectar suas consequências estão entre os objetivos do livro *Trabalho: horizonte 2021*, lançado em dezembro último pela Escritos Editora.

Organizada pelo pesquisador do Departamento de Sociologia da UFRGS Antonio David Cattani, a obra tem sua gênese no primeiro encontro do seminário nacional *O Futuro do Trabalho*, realizado na cidade de Brasília em 2013, no qual pesquisadores de todo o país apresentaram pesquisas sobre o atual quadro da atividade profissional assalariada e suas projeções para o começo da próxima década. “As comunicações apresentadas eram de tão boa qualidade que decidimos produzir o livro. Dessa forma, os resultados do seminário não ficariam restritos aos participantes e ouvintes”, comenta Cattani que, em vista de uma audiência mais ampla para a obra, pediu aos autores que escrevessem seus textos em estilo direto e objetivo.

A compilação de oito artigos busca o retorno da relevância dos estudos sobre esse tema no campo da Sociologia. De acordo com Cattani, após ocupar posição privilegiada nas décadas de 80 e 90, a Sociologia do Trabalho ficou em segundo plano, rele-



RAMON MOSER/JU

gada a pesquisadores isolados, em consequência da celebração de um pensamento pós-moderno no qual o exercício laboral foi relativizado, sendo visto apenas como uma das muitas dimensões na vida do indivíduo. “Essa é uma posição equivocada e elitista. O trabalho é central na vida humana. Não que seja determinante, a pessoa não é apenas um trabalhador; mas o trabalho continua sendo essencial para a imensa maioria.” Em busca desse retorno ao centro dos estudos da área, o livro traz uma amplitude de questões relativas ao mundo laboral: confronta mitos, como o da diminuição da carga horária

possibilitada pelas inovações tecnológicas, e aborda preocupações atuais, como o suposto enfraquecimento das organizações sindicais.

A proposição do ano de 2021 como horizonte dos estudos foi uma escolha arbitrária, segundo o docente. O interesse dos pesquisadores está em ressaltar a importância de um olhar prospectivo. “Não é futurologia o que estamos fazendo; as tendências indicam que existe um padrão de desenvolvimento das relações de trabalho que nos permite dizer: ‘olha, nos próximos anos, estará acontecendo isso’. É necessário voltarmos a ter estudos



Trabalho: horizonte 2021

Antonio David Cattani (org.)
Porto Alegre: Escritos, 2014
182 páginas
R\$ 32 (preço médio)

prospectivos para incidir sobre o futuro”, ressalva Cattani. Para o autor, é fundamental confrontar a ditadura do presente, imposta pela orientação neoliberal e pelo pensamento pós-moderno, e inquirir questionadoramente os problemas do presente com vistas à organização do futuro.

Para maior abrangência dos estudos, a obra ainda terá uma edição em língua inglesa. A versão traduzida será lançada neste ano na cidade de João Pessoa (PB), no simbólico dia 1.º de maio.

João Pedro Teixeira, aluno do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico



O homem que amava os cachorros

Leonardo Padura | São Paulo: Boitempo Editorial, 2013
592 páginas | R\$ 60 (preço médio)

Utopia e desencanto

Dizem que só a boa literatura incomoda. Mal-estar é o que não falta a quem se dedica à leitura deste premiado romance histórico-policial do escritor cubano Leonardo Padura, lançado no Brasil no final de 2013. Desde as primeiras páginas, o leitor é envolvido em uma ambiciosa trama que apresenta as contradições das utopias libertárias que mobilizaram o século XX. Ao entrelaçar as vidas do líder revolucionário Leon Trotsky e de seu assassino, Ramón Mercader, à de Iván Cárdenas, escritor frustrado e veterinário improvisado que vive em Cuba entre os anos 1970 e o início dos anos 2000, Padura constrói uma parábola sobre o medo e a compaixão. Se a história do comandante do Exército Vermelho na Revolução de Outubro é uma sucessão de derrotas e perdas – nas quais se incluem a perseguição e morte de seus familiares e simpatizantes e a constatação de seus próprios erros na condução do processo que pretendia libertar os homens, mas acabou por tiranizá-los –,

não menos deprimente é a sequência de enganos que conduz seu executor, um catalão combatente na Guerra Civil Espanhola, a perpetrar um crime político com repercussão mundial e manter-se em silêncio por 20 anos. Ao fim e ao cabo, vítima e carrasco compartilham uma trajetória de exílio e desesperança. Para completar o quadro, o conflito psicológico de Ivan, dividido entre revelar ou silenciar sobre a história do assassino de Trotsky que foi recebido e protegido na ilha caribenha até seus últimos dias. O afeto pelos cães, referido no título da obra, é o traço comum entre os três personagens, cujo amor incondicional pelos animais que cruzaram seus caminhos talvez possa ser creditado ao profundo desencanto com os seres humanos. Para quem se resente daquelas aulas de história que se resumem a uma sucessão infindável de datas e fatos sem conexão aparente, a combinação de rigor histórico e talento ficcional é um presente. (Ânia Chala)



The decisive moment

Henri Cartier-Bresson | Alemanha: Steidl, 2015
160 páginas | US\$ 85 (preço médio)

Bresson reimpresso

“Uma bíblia para fotógrafos”, assim Robert Capa, ele próprio um ícone da fotografia, definiu *Images à la Sauvette*, ou *The Decisive Moment*, na versão em inglês, o primeiro livro de Henri Cartier-Bresson. Lançado em outubro de 1952, nunca mais havia sido reimpresso. Objeto de culto, podia ser visto em alguns vídeos no YouTube, que mostravam suas páginas sendo folheadas. Até fevereiro deste ano, adquiri-lo era esforço (financeiro) fora de questão. Agora, a Steidl, editora alemã famosa pelo refinamento de seus trabalhos, lança uma nova edição. O livro é cheio de histórias interessantes. Primeiro, por que deu a Bresson a possibilidade de controle sobre suas imagens que não tinha nos meios para os quais trabalhava – após um período em que se vinculou aos surrealistas, atuou no jornalismo. Costumava dizer que, como fotógrafo de imprensa, escrevia “as palavras”, mas “as frases, quem faz são as revistas”. Outra história diz respeito ao título em inglês.

Images à la Sauvette se refere a algo como “imagens fugidias” ou “de passagem”, talvez “vistas de relance”. Não é um termo de fácil tradução para o inglês (e nem para o português, como se vê nas tentativas que esbocei). A solução foi usar como título uma expressão retirada da epígrafe ao prefácio da obra: “Il n’y a rien en ce monde qui n’ait un moment décisif”, do Cardeal de Retz. Assim, se criou um dos chavões usados para simplificar a compreensão de sua obra, a ideia do “momento decisivo”. Por fim, com o leiaute em mãos, Bresson pediu a Matisse que fizesse a capa. Dois “estranhamentos” aí: primeiro, uma capa com cores para o livro de um fotógrafo reconhecido pelo uso do preto e branco. Segundo, o uso de elementos abstratos para um fotógrafo conhecido pela captura de momentos da vida em ação. Duas boas questões para se pensar. Ainda sem previsão de lançamento no Brasil, o livro pode ser encomendado em lojas virtuais como a Amazon. (Flávio Dutra)



Aposta na articulação

Fomento UFRGS concorre com 15 ações ao edital dos ministérios da Educação e da Cultura

Após a parceria firmada para o Mais Cultura nas Escolas, os ministérios da Educação (MEC) e da Cultura (MinC) voltam a desenvolver um projeto interministerial. Anunciado em dezembro de 2013, o programa Mais Cultura nas Universidades demandou dez meses de discussões e elaboração até o lançamento de seu edital, em outubro do ano passado. A meta é introduzir uma nova forma de pensar e articular ações culturais nas universidades e nas instituições federais de ensino tecnológico e profissionalizante. Em razão disso, o edital procura fugir da velha fórmula de distribuição de verbas para projetos isolados, incentivando as instituições a elaborarem seus próprios planos para o setor.

No primeiro edital está previsto o repasse de valores entre 500 mil e 1,5 milhão de reais para cada instituição contemplada, somando um orçamento total de 20 milhões de reais. O documento traz ainda um quadro com os dez critérios classificatórios usados como indicadores para a pontuação dos planos de cultura. Para estar apta a participar do programa, a proposta deve atingir, no mínimo, metade dos cem pontos máximos. Os planos que alcançarem os requisitos mínimos serão dispostos em uma lista de classificação provisória em ordem decrescente de pontuação. Nem todos os que entrarem nessa primeira lista, porém, serão contemplados, já que a distribuição dos recursos se dará apenas até o limite orçado pelo edital. Na eventualidade de empate, o

primeiro critério decisivo será o de regionalidade, com prioridade para as instituições das regiões Norte e Nordeste.

Modelo mais abrangente – A ideia do Mais Cultura surgiu ancorada no Plano Nacional de Cultura, projeto do MinC instituído por lei em 2010 que propôs novos paradigmas para se pensar a área, dando prioridade ao seu uso como forma de inclusão social e de preservação da diversidade cultural e étnica. Com o Plano Federal, o MinC já previa a adesão voluntária de estados e municípios, que criariam seus próprios planos com auxílio da Secretaria de Apoio Institucional do Ministério. Agora, com o lançamento do Mais Cultura nas Universidades, o alvo direciona-se às instituições de ensino superior e técnico. “O Plano Nacional de Cultura pretende ser uma referência às demais iniciativas na área. Busca um modelo mais abrangente, voltado não só às linguagens artísticas consolidadas que tradicionalmente foram alvo de políticas públicas do Estado. Há uma noção mais antropológica de cultura que dá conta de manifestações simbólicas diversas”, comenta Rafael Derois, coordenador e produtor de mídias do Departamento de Difusão Cultural (DDC) da Pró-reitoria de Extensão e membro da comissão formada para articular o Plano da Universidade. O edital traz oito eixos temáticos para direcionar a elaboração dos planos de forma a se adaptarem

à proposta do programa, sendo que pelo menos um dos eixos deve estar contemplado para a aprovação do projeto.

Para a docente da Escola de Administração da UFRGS e participante do Projeto de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais, Rosimeri Carvalho da Silva, o programa surge como um reconhecimento da necessidade de se desenvolverem estratégias para um melhor uso do potencial cultural das instituições: “As universidades são, historicamente, importantes agentes mobilizadores de ações e movimentos culturais. Logo, é interessante que elas comecem a pensar a cultura de forma mais organizada”. Para a pesquisadora, o edital não contribui decisivamente para a construção dos planos, servindo mais como um incentivo a fim de iniciar o debate sobre o papel das instituições no fomento à cultura, e apresenta problemas de construção que permitem o uso do tradicional modo financiador. “Para a construção de um plano de fato, o edital deveria prever mais tempo, as metas precisariam ser discutidas com toda comunidade universitária e com a população geral, levando-se em conta que a Universidade é pública e o que ela elaborar com recursos públicos deve estar de acordo com o que a sociedade espera que ela realize”, alerta, acrescentando: “Mas é um primeiro passo. E, considerando as dificuldades que se tem na administração pública, toda iniciativa deve ser celebrada. Além disso, é impressionante a

quantidade de projetos culturais promovidos pela Universidade e dos quais não se ouve falar. Se o programa conseguir articular muitas dessas ações, o resultado já terá sido significativo”, avalia.

A ideia é organizar os projetos em uma rede colaborativa, evitando iniciativas isoladas

Ações articuladas – Na UFRGS, o setor responsável pelo desenvolvimento da proposta de plano é o DDC – função esta delegada pela Pró-reitoria de Extensão, que organizou uma reunião aberta para debater as características do edital e o conceito de plano de cultura com os representantes dos diversos departamentos da Universidade. Como resultado do encontro, foi instituída uma Comissão de Avaliação, que passou a ter reuniões semanais para analisar e adequar as propostas às diretrizes do edital e do que a Universidade pretende com o plano de cultura. “A ideia é realmente criar um Plano no qual as ações propostas sejam debatidas, alteradas e articuladas. A comissão dialogou com os coordenadores de todas as propos-

tas e sugeriu modificações para organizar os projetos em uma rede colaborativa, respeitando as individualidades e evitando iniciativas isoladas”, conta Rafael, encarregado do DDC para a sistematização, representação e mediação do grupo.

Com essa missão, a equipe elaborou uma proposta de plano de cultura com 15 ações culturais, o envolvimento de 11 setores/departamentos da Universidade, com abrangência em todos os eixos do edital. Uma das ações selecionadas foi o projeto *Cultura(ação) e Saúde*, desenvolvido na Escola de Enfermagem, que propõe atividades culturais voltadas à promoção da saúde. Segundo a professora Erica Duarte, coordenadora da iniciativa, o *Cultura(ação)* originou-se em 2013 do trabalho de conclusão de curso da graduanda em Enfermagem, e sua orientanda, Gabriela Nespolo, em que ela relacionava o conceito de pontos de cultura com saúde e enfermagem. No mesmo ano, formou-se um grupo de trabalho, e as atividades do projeto começaram nos bairros Glória, Cruzeiro e Cristal, por meio de um convênio entre a UFRGS e a Secretaria da Saúde de Porto Alegre. Essas ações consistiam em atividades lúdicas em escolas públicas.

O Mais Cultura foi recebido com entusiasmo por esse grupo da saúde, que celebra a aproximação com a área da cultura e a possibilidade de dar continuidade às atividades. “A verba do edital nos daria a oportunidade de prosseguir por mais dois anos e fazer algumas coisas que ainda não conseguimos, como incluir escolas e contratar bolsistas, já que estamos com estudantes em estágio obrigatório. Considerando que grande parte do nosso grupo é da área da saúde, esse contato com o pessoal ligado à cultura é muito importante, já que nos qualifica para exercer nosso projeto de utilizar a arte para transformar as pessoas dentro de uma perspectiva de promoção da saúde e da qualidade de vida”, relata Erica.

As universidades interessadas ganharam mais tempo para elaborar suas propostas com a prorrogação da data de envio do dia 10 de fevereiro para o dia 23 de março. Os planos de cultura serão avaliados por um comitê técnico formado por representantes do MinC, do MEC, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif). A previsão inicial de divulgação dos resultados deve ocorrer em maio.

João Pedro Teixeira, aluno do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico



A Universidade procurou articular suas propostas de atividades culturais e aguarda a divulgação dos resultados, que deve ocorrer em maio



DESTAQUE



Almoço e MPB

Vale 12 e 30
Recepção aos calouros tem a presença da Tribo Brasil

Quando os bixos da UFRGS chegarem ao Câmpus do Vale no dia 16 deste mês, serão recebidos pela Tribo Brasil. Integrando as atividades do Vale Doze e Trinta, o espetáculo é apenas o primeiro de uma série que se estenderá por todo o ano no lugar e no horário que dão nome ao projeto. Em cerca de uma hora e meia de música, samba-rock, partido alto, bossa nova, samba, maxixe e outros ritmos nacionais embalarão o intervalo do almoço. “Vamos dar um foco aos nossos sons autorais”, conta o percussionista Gabriel Vargas, integrante da banda. Ele diz ainda que pretendem incluir um pot-pourri de canções de compositores consagrados, como Chico Buarque e Cartola, para intercalar com o repertório próprio, do álbum *Peixe que já não há*, lançado no ano passado.

O grupo teve seu início quando Gabriel se juntou ao amigo Gabriel Maciel para fazer o programa Tribo Brasil para a rádio poste existente no Colégio Júlio de Castilhos no começo dos anos 2000 e que, a cada dia, transmitia um programa temático durante o recreio.

A aventura dos amigos, porém, extrapolou os planos iniciais: depois de comandarem por dois anos o programa que legou o nome à banda, de terem tido uma rádio pirata e de até cogitarem a abertura de uma rádio comunitária, a dupla decidiu formar uma banda para continuar o convívio com a música popular brasileira. Foi assim que, em 2003, formou-se um quarteto que manteve a essência do repertório radiofônico e que foi dos precursores da cena de MPB que depois se expandiu e ganhou força na Cidade Baixa. “Naquela época, não tinha espaço para tocar”, conta Gabriel Vargas sobre um circuito que se limitava a dois bares. “Era tudo muito precário, não havia sonorização. Foi-se construindo, e hoje dá orgulho de ver isso.

Para a turma da nossa geração não existia muito espaço. Hoje há muitos lugares para tocar”, comemora com certo orgulho por seu pioneirismo.

A banda, que está completando 12 anos, conta com sete integrantes e tem uma rotina bastante intensa de apresentações. Rio Grande, Pelotas e Santa Maria são alguns dos municípios do interior do Rio Grande do Sul que têm recebido o grupo.

Conforme Gabriel Vargas, eles têm sido bem acolhidos em cidades com grande população universitária. Normalmente, os shows acontecem em bares para um público de cerca de 500 pessoas. “Tem sido muito legal. É uma espécie de underground da MPB”, avalia o percussionista. É por isso que, para eles, tocar no Câmpus do Vale é, de alguma forma, tocar em casa. O grupo já participou de outros projetos da Universidade e também de atividades organizadas pelos estudantes. “Temos uma relação de amizade com muita gente. O público da Tribo é formado por muitos estudantes da UFRGS. Somos nós indo até eles”, diz.

CINEMA

De volta ao passado: o cinema dos anos 80

Realidades e imaginários são problematizados nessa seleção de filmes organizada pela Sala Redenção. No conjunto de obras cinematográficas, questões universais como o amor e a morte ganham espaço, principalmente em suas relações com contextos políticos específicos. O ciclo tem curadoria de Marcelo Pizarro Noronha e Tânia Cardoso de Cardoso. Sessões com entrada franca.

BETTY BLUE
(*Betty blue*, França, 1986, 185 min), de Jean-Jacques Beineix
Sessões: 9 de março, 16h; 19 de março, 16h

BLADE RUNNER, O CAÇADOR DE ANDROIDES
(*Blade runner*, EUA, 1982, 116 min), de Ridley Scott
Sessões: 9 de março, 19h; 10 de março, 16h

CINEMA PARADISO
(*Cinema Paradiso*, Itália, 1988, 90 min), de Giuseppe Tornatore
Sessões: 12 de março, 16h; 17 de março, 19h

VELUDO AZUL
(*Blue velvet*, EUA, 1986, 120 min), de David Lynch
Sessão: 11 de março, 19h; 12 de março, 16h

NÃO AMARÁS
(*Krótki film o milosci*, Polônia, 1988, 82 min), de Krzysztof Kieslowski
Sessões: 12 de março, 19h; 13 de março, 16h

SEXO, MENTIRAS E VIDEOTAPE
(*Sex, lies and videotape*, EUA, 1988, 100 min), de Steven Soderbergh
Sessões: 13 de março, 19h; 16 de março, 16h

MULHERES À BEIRA DE UM ATAQUE DE NERVOS
(*Mujeres al borde de un ataque de nervios*, Espanha, 1988, 89 min), de Pedro Almodóvar
Sessões: 16 de março, 19h; 17 de março, 16h

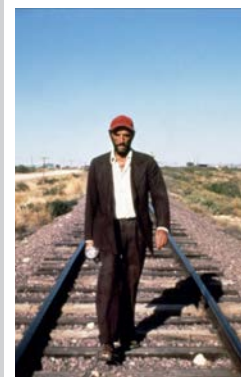


O SELVAGEM DA MOTOCICLETA
(*Rumble fish*, EUA, 1982, 94 min), de Francis Ford Coppola
Sessão: 18 de março, 16h

CONTOS DE NOVA YORK
(*New York stories*, EUA, 1989, 124 min), de Martin Scorsese, Francis Ford Coppola, Woody Allen
Sessões: 19 de março, 19h; 20 de março, 16h

TOTALMENTE SELVAGEM
(*Something wild*, EUA, 1986, 113 min), de Jonathan Demme
Sessões: 20 de março, 19h; 23 de março, 16h

O DECLÍNIO DO IMPÉRIO AMERICANO
(*The decline of the american empire*, Canadá, 1986, 101 min), de Denys Arcand
Sessões: 23 de março, 19h; 24 de março, 16h



PARIS, TEXAS
(*Paris, Texas*, França, Alemanha, 1984, 147 min), de Wim Wenders
Sessões: 24 de março, 19h; 25 de março, 16h

CORAÇÃO SATÂNICO
(*Angel heart*, EUA, Canadá, Reino Unido, 1987, 113 min), de Alan Parker
Sessão: 26 de março, 16h

EU SEI QUE VOU TE AMAR
(*Brasil*, 1986, 104 min), de Arnaldo Jabor
Sessões: 26 de março, 19h; 27 de março, 16h

O COZINHEIRO, O LADRÃO, SUA MULHER E O AMANTE
(*The cook, the thief, his wife and her lover*, Inglaterra, 1989, 124 min), de Peter Greenaway
Sessões: 27 de março, 19h; 30 de março, 16h

DUBLÊ DE CORPO
(*Body Double*, EUA, 1984, 114 min), de Brian de Palma
Sessões: 30 de março, 19h; 31 de março, 16h

CORPOS ARDENTES
(*Body heat*, EUA, 1981, 113 min), de Lawrence Kasdan
Sessão: 31 de março, 19h

Cinemas em Rede

Projeto de compartilhamento e difusão de conteúdos audiovisuais que usa a internet de alta capacidade. A iniciativa é coordenada pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) em parceria com os ministérios da Cultura (MinC) e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Sessão com entrada franca.

HOJE EU QUERO VOLTAR SOZINHO
(Brasil, 2014, 96 min), de Daniel Ribeiro
Leonardo é um adolescente cego em busca de seu lugar. Desejando ser mais independente, precisa lidar com suas limitações e a superproteção de sua mãe.
Sessão: 10 de março
Local e horário: Sala Redenção, 19h

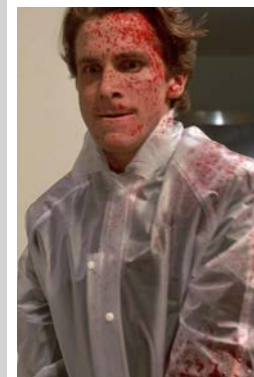
Cine F – O Ritual dos Corpos

A mostra é um projeto de extensão organizado por alunos da Comunicação e coordenado pelo Núcleo de Cinema da Fabico. A proposta para este ano é promover uma edição mensal para se discutir a sexualidade no cinema. Sessão na Sala Redenção seguida de debate com convidados. Entrada franca.

AQUELE QUERIDO MÊS DE AGOSTO
(Portugal, 2008, 147 min), de Miguel Gomes
Em meio às festividades que marcam o mês de agosto nas terras lusitanas, diretor sai em busca de um roteiro e de atores dispostos a interpretar os personagens.
Sessão: 18 de março
Local e horário: Sala Redenção, 19h

CineDebate Direitos Humanos

O projeto, desenvolvido em parceria entre a Liga dos Direitos Humanos da Faculdade de Educação e a Sala Redenção da UFRGS, tem por objetivo fomentar debates abertos à comunidade sobre múltiplos temas em direitos humanos, com a participação de especialistas convidados. Sessões com entrada franca.



PSICOPATA AMERICANO
(*American psycho*, EUA, 2000, 102 min), de Mary Harron
Jovem, branco, bonito e sem nada que o diferencie de seus colegas de Wall Street é também um serial killer que vaga livremente em busca de uma nova vítima.
Sessão: 25 de março
Local e horário: Sala Redenção, 19h

EXPOSIÇÃO



Presença da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo nos 80 anos da UFRGS

Exposição do conjunto de obras do acervo da Universidade, que recu-

pera sua história, seu desenvolvimento e sua importância enquanto coleção pública. Idealizada pelo Instituto de Artes da UFRGS em parceria com o Departamento de Difusão Cultural da Universidade, com curadoria dos professores Blanca Brites e Paulo Gomes.
Visitação: até 29 de maio
Local e horário: Salão de Festas da reitoria da UFRGS, de terça a sexta, das 10h às 18h
Entrada franca, com agendamento de grupos pelo site www.ufrgs.br/museu

Coleções de Saberes: trajetórias de conhecimentos na UFRGS

Instrumentos, obras de arte, artefatos arqueológicos, fósseis, publicações, rochas e minerais, acervos de ensino e muitos outros elementos mostram uma visão multidisciplinar da história da Universidade e do conhecimento.
Visitação: até 29 de maio
Local e horário: Museu da UFRGS, de segunda a sexta, das 9h às 18h
Entrada franca

DANÇA

Fragmentos

O Ballet da UFRGS apresenta cenas de obras do repertório clássico e coreografias neoclássicas, contemporâneas e de jazz feitas por intérpretes e coreógrafos convidados. O espetáculo tem direção geral da professora Lisete Vargas e direção artística de Claudia Daronch.
Data: 7 de março
Local e horário: Teatro do Espaço Cultural FAURGS, em Gramado, às 20h
Ingressos: R\$ 30 (inteira); meia-entrada para classe artística, estudantes e melhor idade. Haverá ingressos com entrada franca para alunos de escolas municipais.

Meu Lugar na UFRGS

Dedicação à regência

Com um jeito calmo, Rafael Bueno explica o funcionamento dos cursos de atividades corais oferecidos à comunidade pelo Programa de Extensão do Departamento de Música do Instituto de Artes da UFRGS. Bolsista há dois anos e meio no local, o aluno de graduação em Música com habilitação em Regência Coral participa da administração dos cursos que a cada semestre disponibilizam 150 vagas divididas entre sete grupos corais: coro sênior, grupo infantojuvenil, laboratório de iniciação vocal, dois grupos de nível intermediário (oficina coral e coro Ludus Vocalis) e dois corais de nível avançado (coro de Câmara e Madrigal).

Além da parte administrativa, Rafael ministra as aulas para o grupo infantojuvenil. A escolha por reger crianças aconteceu logo após sua formatura no ensino médio, o que lhe garante uma experiência de 15 anos em regência de corais infantis. Sua ideia era dar oportunidade aos seus alunos de entrarem em contato com a música desde cedo para que pudessem tornar-se profissionais mais bem preparados que ele. Ao lado das colegas da graduação em Música Suellen e Marta, uma da especialidade em regência coral e a outra em canto, Rafael realiza os ensaios com seus alunos nas segundas-feiras das 17h45 às 19h15. Como a preferência de uso das salas do IA é para as aulas de graduação e pós-graduação, o local onde ocorrem os ensaios varia a cada semestre. É durante esses encontros com as crianças, porém, que ele sente que pode colocar em prática toda a sua experiência e os novos conhecimentos que vêm adquirindo com a graduação.

Com alunos dos oito aos 16 anos, é necessário saber trabalhar e conciliar as diferenças entre as idades. Os mais velhos precisam treinar a paciência, já que aprendem mais rápido que os mais novos, e esses têm de compreender que o coral é um local sério e de compromisso. “Em compensação, depois de um tempo, eles não aprendem somente a se tolerar, mas a se gostar. Acaba virando uma espécie de família, porque os mais velhos passam a cuidar dos mais novos. É uma boa experiência para

todos”, conta.

Rafael acredita que o grupo de ministrantes das atividades corais consegue trabalhar a música para além da parte técnica, principalmente por ela ser feita em conjunto. “Quando a gente canta em grupo, precisa entoar corretamente, conhecer um pouco do idioma que está sendo cantado, perceber que a gente não é a pessoa mais importante na sala. Se aprende a trabalhar de modo colaborativo, e não de forma competitiva, porque precisamos construir uma grande harmonia juntos. Quando um não está bem, se percebe que o grupo inteiro fica perdido.”

Todos os grupos das atividades corais são regidos por bolsistas da extensão, o que faz com que ocorram trocas de experiências e colaborações entre os estudantes. O momento em que os jovens coralistas mais precisam se ajudar é durante a preparação dos recitais, realizados sempre aos finais de semestre no Auditório Tasso Corrêa. A dedicação ao trabalho é grande e inclui a parte administrativa das atividades corais, as aulas do grupo infantojuvenil e o período dedicado à graduação. “Passo mais tempo convivendo com os meus colegas do que em casa com a minha família. O grupo da extensão é realmente a minha segunda casa”, ressalta. Desde o início, há 23 anos, a coordenação docente do projeto fica por conta do seu idealizador, o professor do Instituto de Artes Vilson Gavalhão, pelo qual Rafael revela grande admiração e agradecimento.

Mesmo já tendo anos de experiência na regência de conjuntos infantis, ele acredita que a graduação está trazendo um conhecimento, fundamental para a sua carreira. “Com a graduação, coordeno um grupo com conhecimento e não só com a intuição. A minha experiência na UFRGS está me deixando mais seguro para transitar por novos ambientes”, revela.

Laura Pacheco dos Santos, aluna do 8.º semestre de Jornalismo da Fabico

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Perfil

Da engenharia à mobilidade urbana



João Fortini Albano

A trajetória do engenheiro que se apaixonou pelo magistério

The war is over, the war is over, gritavam alegres as enfermeiras, movendo o corpo em uma espécie de dança, enquanto no leito de um hospital da cidade de Madison, em Wisconsin, nos Estados Unidos, uma mãe e o seu bebê se preparavam para deixar o quarto. Naquele 15 de agosto de 1945, marcado na história como o dia em que o Japão anunciou a sua rendição junto aos Aliados, terminava a Segunda Guerra Mundial. Seis dias antes, nascia João Fortini Albano, na fatídica data em que Nagasaki fora bombardeada pelos norte-americanos.

Clic! Após apertar o botão de uma caneta azul e rabiscar o nome de sua cidade natal em um bloco de folhas em branco, o professor do Departamento de Engenharia de Produção e Transportes da UFRGS explica, didaticamente, que não nasceu no Brasil devido a um convite que seu pai, João Pitanguy Albano, agrônomo, recebera para fazer doutorado nos EUA. Em Porto Alegre, desembarcaria com dois

anos de idade: “Sou brasileiro, mas não nativo”, atenta.

Criado em um ambiente em que o conhecimento era muito valorizado, desde cedo teve facilidade para estudar as disciplinas exatas. Quando “derrapava” em algum ponto e tinha dificuldade com as atividades propostas no Colégio Nossa Senhora do Rosário, onde fizera o ginásio – correspondente, hoje, aos anos finais do ensino fundamental –, recebia o auxílio da mãe, Amerys Fortini Albano, professora de matemática formada pela Universidade. Veio do lado materno, aliás, o estímulo para seguir a carreira na Engenharia. “Talvez ela tenha incutido em mim um desejo não realizado. Ela me disse que, se não fosse matemática, apostaria na carreira de engenheira.”

Relação ininterrupta – Com o ingresso no curso de Engenharia Civil em 1964, uma duradoura relação iniciava. Clic! Novamente comprimindo o botão da caneta, Albano realiza um exercício simples de subtração na folha, já tomada por diversas anotações. “De 64 até hoje, fiquei apenas três anos longe da UFRGS”, diz com um sorriso orgulhoso. Seis dias após a sua formatura, novamente prestava vestibular. Inquieto, não considerava suficiente a formação que detinha. Assim, buscou mais conhecimentos no curso de Administração. Encontrou, no entanto, além do que esperava. Em uma das aulas em que a disciplina

ministrada era comum a mais de um curso, conheceu a estudante de Economia que viria a se tornar a sua esposa, Suzana de Medeiros Albano, com quem tem três filhos. Clic! Clic!

Paralelamente aos estudos, exercia a profissão de engenheiro. Ao acompanhar a construção de estradas, lidava com muitas adversidades, que iam do atendimento a funcionários com problemas familiares ao atolamento de caminhonetes. A experiência prática adquirida nesses anos, segundo ele, foi essencial para o desenvolvimento de sua carreira docente, ensejada de maneira inesperada. Após ministrar palestra para uma turma de graduandos sobre uma obra pela qual era responsável, recebeu o convite do professor da disciplina, surpreso com a desenvoltura apresentada: “Quem sabe amanhã ou depois tu pegas o meu lugar lá na Engenharia”. “Quando ele me disse isso, fiquei completamente louco. Assumi que queria ser professor, e ia visitá-lo para saber sobre a vaga”, confessa. Assim que a oportunidade surgiu, agarrou-a.

Envolto no meio acadêmico, desenvolveu em seu mestrado e doutorado uma temática até então pouco explorada, mas de impacto direto sobre o dia a dia da população, o que foi conferido por Albano em suas idas a Gramado, seu local predileto de lazer: os efeitos do excesso de cargas sobre a durabilidade de pavimentos. “Aí eu me meti num ninho de abelhas”, revela, ao explicar as diferenças de interesse existentes entre os transportadores e o governo.

Mudança de foco – Apesar de ser uma referência no assunto, resolveu trocar de foco. A mobilidade urbana, até então pouco pautada socialmente, virou o centro de sua atenção, ditando hoje em dia praticamente toda a sua rotina. A chegada à Universidade, por exemplo, é antecipada, visando às vagas disponíveis no estacionamento do Câmpus Centro; o local de almoço, restrito a lugares de deslocamento curto; as entrevistas a jornalistas são cada vez mais constantes; e um terceiro turno de estudos é periodicamente executado.

Obrigado a se aposentar em agosto, quando completará 70 anos, o docente não pretende se desvincular totalmente da UFRGS. Continuará desenvolvendo pesquisas, mas dedicará mais tempo a práticas paralelas, como a fotografia – atividade em que se considera um aficionado – e as longas viagens. Entre os destinos garantidos está a sua cidade natal, local que Albano nunca visitou após sua partida e ponto inicial de todos os seus deslocamentos.

Gabriel Jesus E. Brum, aluno do 6.º semestre de Jornalismo da Fabico



Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local



Fotojornalismo



MAURO SCHAEFER

Em uma época na qual a possibilidade de registrar momentos por meio de imagens está ao alcance de todos os que possuem um aparelho digital em mãos, a função social do comunicador que tem na fotografia e no vídeo a sua especialidade passa por uma reflexão. Antes responsável por reportar ao seu público a informação visual de uma notícia, hoje não há como pensar nesta modalidade do jornalismo sem associá-la à produção de grandes ensaios fotográficos ou reportagens especiais.

Nesse sentido, o Núcleo dos Jornalistas da Imagem do Sindicato dos Jornalistas RS se propõe a reunir os profissionais que se dedicam a apresentar aos leitores e telespectadores novas perspectivas a partir da imagem. Assim como os integrantes do grupo, entendemos que a narrativa estabelecida por meio da imagem se apresenta como contraponto àquilo que apenas reproduz uma situação, firmando-se como responsável pela disseminação de um conteúdo visual de qualidade, capaz de contribuir para a formação de quem o recebe.

Contar com a atuação do Núcleo, que caminha lado a lado com o Sindicato na elaboração de projetos para a categoria, é um importante avanço. É um diálogo que buscamos manter com os fotógrafos, cinegrafistas e ilustradores que atuam nas redações gaúchas, dando a esses profissionais a compreensão de que irão encontrar dentro de nossa entidade um espaço dedicado especialmente à luta pelos interesses dessa importante categoria do jornalismo.

Milton Simas Júnior, presidente do Sindicato dos Jornalistas/RS

AS FOTOS DESTA PÁGINA SÃO PARTE DA 1.ª MOSTRA DO NÚCLEO DOS JORNALISTAS DA IMAGEM DO RS, QUE CIRCULOU PELO ESTADO EM 2014. O CATÁLOGO PODE SER VISTO EM <http://bit.ly/1zAc8Hj>. INFORMAÇÕES PELO TELEFONE 3228-8146 OU PELO E-MAIL imagem@jornalistasrs.org.



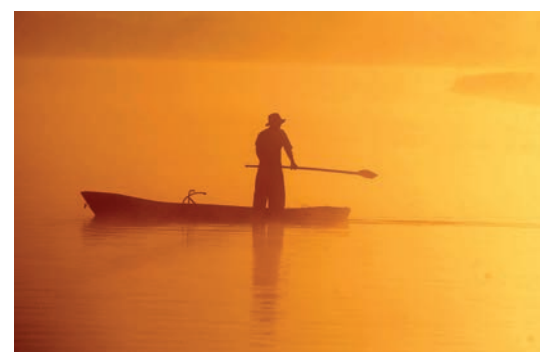
DANIEL DE ANDRADE SIMÕES



ELSON SEMPE PEDROSO



FERNANDO KLUWE DIAS



WESLEY SANTOS

PAISAGENS DA
economiaRS

**LITORAL
NORTE**

É MARÇO, MAS COMEÇAMOS O ANO tendo ainda na lembrança as imagens que contornaram nossos caminhos rumo às férias. Todo viajante que utiliza a BR-101 no trecho do Rio Grande do Sul em direção ao litoral já percebeu a imensa extensão de bananais às margens da estrada. Essa “floresta” de bananas se estende pelo interior dos municípios da região. O que poucos sabem é que, devido às condições climáticas e de solo únicas, o Litoral Norte produz 99% do total da fruta cultivada no estado.

A cultura com ampla utilização de defensivos agrícolas foi introduzida naquele território entre os anos 50 e 60, em substituição à cana-de-açúcar. A fruta era produzida longe de mercados consumidores, como o de Porto Alegre, que era abastecido, à época, por São Paulo. Geralmente o sistema de produção envolvia o monocultivo em pequenas propriedades. Apesar do início pouco promissor em termos ambientais, o Litoral Norte hoje desponta como a principal área de produção ecológica, abastecendo municípios de todo RS e chegando às feiras orgânicas da capital.

Essa paisagem econômica foi escolhida para abrir a série de reportagens que o JU irá produzir ao longo do ano sobre a economia de nosso estado. O impacto da cultura da banana nas áreas elevadas do Litoral Norte é tamanho que, se selecionarmos somente os municípios de Três Cachoeiras, Morrinhos do Sul e Mampituba, somam-se 72,5% do total da fruta produzida no RS. Os dados são da Fundação de Economia e Estatística (FEE) e da Emater-RS.

Geógrafa e doutora em Desenvolvimento Rural pela UFRGS, a professora Daniela Garcez Wives destaca que a geração de renda é maior quando o cultivo é orgânico. “Sabemos que a produção ecológica é menor, mas o valor agregado compensa. Além disso, o manejo desses cultivos também é muito mais intenso. A maioria dos agricultores convencionais trabalha com os saberes próprios ou utiliza o que todo mundo está usando; nem todos buscam um acompanhamento. Já os agricultores ecológicos procuram novas técnicas, manejos. Estão bem mais informados.”

Por outro lado, áreas de beleza pouco explorada pelo turismo lentamente começam a fazer parte dos roteiros gaúchos e cresce a agroindustrialização da fruta. Uma das agroindústrias da região chegou a fornecer alimentos para a última Copa do Mundo de futebol.

Morro das **bananas**

TEXTO SAMANTHA KLEIN FOTOS FLÁVIO DUTRA



Agricultor de orgânicos

Com bananas caturras assadas no fogão a lenha e amendoim torrado, Nei Dimer recebe os visitantes na propriedade localizada na comunidade de Morro Azul, em Três Cachoeiras, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Saindo da BR-101, é necessário percorrer por volta de 15 km em direção aos morros. Espontâneo, ele desata a falar como se vivesse sozinho na bela chácara que sustenta a família. Exibe o orgulho de quem vem construindo um patrimônio não somente para si, esposa e filhos, mas, de certa forma, também para as pessoas que consomem seus produtos. Nei estudou até a oitava série; no entanto, conversa sobre agroecologia com conhecimento de agrônomo – e, em alguns momentos, também como místico ou médico.

O agricultor de ascendência italiana, forte, devido às subidas diárias pelo terreno em aclave, senta em uma antiga poltrona do galpão bem-estruturado que fica ao lado da residência e convida os amigos e visitantes a tomarem um chimarrão. O encontro entre Nei e a reportagem ocorreu em uma quinta-feira quente de janeiro. Como o assunto é agroecologia, ele foi o protagonista da conversa. Em sua biografia, a agricultura sempre esteve presente. Antes de começar o cultivo orgânico, o plantador montava caixas de madeira para armazenar frutas. Herdar a propriedade do pai, juntamente com os irmãos, e dedicar-se ao bananal e à participação em grupos de agricultores que criaram a Associação dos Colonos Ecologistas de Torres e Região (ACERT) serviram de ponto de mutação.

Nei tornou-se um entusiasta da causa ecológica e diz que a produção de orgânicos é

bem mais que uma forma de agregar valor ao que produz na fazenda. “Muita gente acha que deixar de utilizar agrotóxicos é apenas uma maneira de ganhar mais, por isso não conseguem manter a produtividade. Se tornar um agricultor de orgânicos significa adotar um modo de vida do qual você percebe os benefícios. Ao voltar da feira, por exemplo, venho com uma cesta de hortaliças e frutas diferentes, resultado da troca com os outros feirantes.”

Muita gente acha que deixar de usar agrotóxicos é apenas uma maneira de ganhar mais

O produtor de bananas em meio à Mata Atlântica também está testando um consórcio no setor avícola. O negócio ainda está em fase experimental, mas Nei já se orgulha da tentativa de diversificação. “O objetivo é que as aves fiquem livres entre o bananal e comam os possíveis invasores”, explica. Além disso, ao percorrer a plantação, percebe-se que espécies comumente consideradas inço são mantidas. Não é uma

roça “limpinha”. O agricultor garante, porém, que isso não é fruto do descuido e afirma que essa diversidade é benéfica à lavoura orgânica.

Justamente em meio a essas plantas que dividem o espaço com as bananeiras, o açafrao é encontrado. Com uma belíssima flor branca, o condimento, popularmente conhecido como cúrcuma, tem propriedades que o conhecimento popular e a cultura milenar indiana dizem ser medicinais. “Conheci pessoas com problemas de inflamação, dores nos rins. Levaram o pó que faço do açafrao da terra e se curaram”, conta.

Do morro à feira – De pouco mais de 13 mil hectares recortados pelos morros da encosta da Serra Geral é originada a quase totalidade da produção gaúcha de banana. Aproximadamente 3,5 mil agricultores têm o cultivo como o principal produto de venda, enquanto alguns manufaturam alimentos a partir da fruta.

O conjunto que envolve clima, solo, temperatura média e solarização são os ingredientes para uma boa produtividade e a garantia de sabor da banana produzida no Litoral Norte do RS. “O basalto do solo dá nutrientes e minerais para que ela se desenvolva bem, assim como o microclima é favorável. A geografia do local, entre a serra e o litoral, reúne horas suficientes de calor que proporcionam as condições de bom desenvolvimento”, completa a agrônoma da Emater Emiliana Cordioli.

Além da produção convencional, ainda predominante na região, o litoral também pode ser considerado um polo de agricultores agroecológicos. Em Três Cachoeiras, há 13

produtores ligados à Associação dos Colonos Ecologistas de Torres e Região (ACERT), criada em 1991, e outros 80 vinculados ao Grupo de Ecologistas Santo Anjo (GESA), o que torna o município um dos maiores produtores de banana ecológica. Em todo o sul do Brasil, segundo o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério da Agricultura, existem 3.165 agricultores cadastrados, sendo que 1.462 unidades produtivas estão registradas no Rio Grande do Sul. Esse número, no entanto, pode ser muito maior, já que muitos produtores não têm certificação.

A produção pode ser escoada de várias formas: a maioria dos agricultores de Três Cachoeiras entrega a uma cooperativa, que fixa um preço e vende as frutas para outras cidades. Alguns carregam seus produtos para a Ceasa, em Porto Alegre, e outros comercializam de forma direta em feiras tradicionais e de alimentos orgânicos. A Feira Ecológica do Bom Fim é uma das mais conhecidas da capital gaúcha e recebe diversos agricultores do Litoral Norte. Assim, eles conseguem agregar preço aos seus produtos.

No caso de Nei Dimer, que comercializa na feira agroecológica do bairro Menino Deus, a venda direta rende 5 reais por quilo da fruta. “Produzo muito menos que os agricultores convencionais, mas meu rendimento é bem melhor. Só vejo vantagens nesse tipo de cultivo. Levo um produto que não tem aquele aspecto de amarelo perfeito, mas tenho certeza da entrega de uma fruta nutritiva e sem risco de prejuízos à saúde do consumidor”, garante.



O agroecologista Nei Dimer (e), da comunidade de Morro Azul, em Três Cachoeiras, é um dos muitos produtores do Litoral Norte que se dedicam à cultura da banana. O produto é beneficiado e transportado até a capital ou comercializado de forma direta em feiras de alimentos orgânicos

Certificação participativa

O processo de certificação de um produto orgânico é determinante para que ele chegue ao consumidor. A discussão sobre o tema começou nos anos 1990 no âmbito do Ministério da Agricultura, e a Lei dos Orgânicos impôs regras a fim de garantir a origem e o processo produtivo. O selo do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SISORG) passou a ser utilizado em janeiro de 2011 em todo o país. Em Três Cachoeiras, maior produtor de banana do estado e em número de agricultores ecológicos, a certificação do produto foi um processo de difícil obtenção.

Foi nessa área que o ex-chefe de Processamento de Dados do Banrisul entrou para ajudar. Paulo Ricardo Bellé é um empresário no campo. Com alma de agroecologista, ele e a esposa largaram a vida confortável da cidade para buscar o contato diário com a natureza e a mata praticamente virgem na propriedade de mais de 80 hectares que adquiriu em Morro Azul em 1991.

“Percebi que estava utilizando minha inteligência a serviço do sistema financeiro e comecei a planejar minha saída. Trabalhei

durante cinco anos para isso, comprando imóveis em Porto Alegre. Procurei uma propriedade com suficiência de água, sem risco de contaminação por agrotóxicos utilizados por vizinhos, e para isso visitamos, eu e a esposa, 40 cidades até encontrar esse local. Agora, vivemos no ar puro, longe daquele ambiente viciado de ar condicionado respirado por duas mil pessoas dentro do banco”, diz Bellé. Ele e Elisabete vivem há mais de dez anos no local.

Apesar da falta de aptidão para a agricultura, acabou se envolvendo com os grupos de agroecologistas do município. Com as normas da Lei dos Orgânicos e a necessidade de selos de certificação da produção sem agrotóxicos, decidiu trabalhar nesse ponto. “Graças à minha experiência como diretor da extinta Cooperativa Coolmeia da capital e a facilidade com planilhas, percebi que poderia ajudar os agricultores e, assim, conseguimos o selo de certificação”, relata.

No final de 1998, começaram os debates sobre a formação da Rede Ecovida, a fim de reunir diversos grupos de agricultores ecológicos do estado. Uma organização desse tipo facilitaria

também o registro dos plantadores orgânicos. A partir dos anos 2000, foram agregadas organizações dos demais estados do sul do país. Assim, foram formulados os primeiros documentos sobre o processo de certificação participativa pela Ecovida, reconhecida pelo Ministério da Agricultura. Sem a necessidade de contratar empresas estrangeiras para fiscalizar as propriedades, grupos dessa rede de agricultores fiscalizam uns aos outros. A vantagem é a redução drástica do custo do serviço. Enquanto uma certificadora internacional pode cobrar mais de 15 mil reais pela garantia, o registro solidário tem um custo de 100 reais ao ano.

Apesar de ser uma alternativa mais viável aos agricultores, Daniela Garcez, professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade, diz que nem todos os mercados consumidores aceitam o selo. “Eles podem enfrentar problemas se quiserem vender o produto para grandes empresas varejistas. A comercialização é garantida para feiras ecológicas e mercados de pequeno e médio porte.”

Dificuldades da produção orgânica

Mesmo com os benefícios do consumo de produtos orgânicos, nem todos os agricultores concordam que essa seja a melhor escolha. No Brasil, cerca de 5% do total da produção de bens agrícolas é destituído de agrotóxicos, mas a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) busca um crescimento nesse montante nos próximos anos. Produtores como Valmir Boff, morador do Morro Azul, garantem que a família quase chegou à falência por causa da tentativa de suplantarem a totalidade os agroquímicos. Ele não pretende retornar a uma experiência malfadada.

Em meados dos anos 2000, implantou a produção orgânica e viu as bananas, antes vistosas e graúdas, serem perdidas por conta do ataque de fungos. “Ganho menos produzindo dessa forma, mas era impossível manter uma

lavoura ecológica. Os bichos atacavam as frutas, e a falta de defensivos agrícolas permitia que doenças prejudicassem a planta. Tivemos de voltar atrás e retornar ao que já fazíamos. Porém, reduzimos a quantidade de veneno colocado na lavoura”, descreve.

O técnico da Emater José Osmar Munari explica que o problema não é a agricultura orgânica em si, mas a rápida transição que ocorreu na região. “A própria Igreja incentivou essa mudança porque os defensivos agrícolas são considerados parte de um capitalismo selvagem”, observa, fazendo alusão à Teologia da Libertação, presente na região, assim como outros movimentos sociais. “Então, os produtores não fizeram uma transição do modo tradicional para o ecológico. Simplesmente pararam de aplicar agrotóxicos e muitos

perderam tudo”, ressalta.

Já o agricultor Celito Webber, que cultiva seis hectares em Morrinhos do Sul, destaca que produziu muita banana com agrotóxicos e que também viu muitas pessoas se intoxicarem por não utilizar equipamentos de proteção, como máscaras e luvas, durante a aplicação. Por pressão dos filhos, fez uma mudança radical, passou a ensacar cada cacho religiosamente e vai ao bananal todos os dias. O cultivo é bem mais cansativo, mas ele não se considera um escravo. “Ao contrário, consegui a liberdade com a produção orgânica. Posso subir assim, de chinelo, e somente utilizo luvas para não ferir as mãos. Claro que o trabalho é maior e, às vezes, emprego mão de obra terceirizada

na colheita, mas percebo os benefícios. Além disso, consegui manter meus filhos por perto”, comemora. No caso de Celito, o filho utiliza um caminho próprio para levar as frutas a mercados da região serrana.

Especialista em desenvolvimento rural, a professora Daniela Garcez acredita que há espaço para o cultivo tradicional e o orgânico. “Verifiquei que é muito maior o número de sucessores no grupo ecológico do que no tradicional, porque existe uma valorização da terra e uma melhora da autoestima dos produtores. Porém, ser produtor convencional significa acessar os mercados mais facilmente por meio de atravessadores e ter menos horas de trabalho no campo. Nem todos os agricultores estão dispostos aos desafios do plantio agroecológico”, conclui.

Beneficiamento

A última etapa da cadeia da banana é a agroindustrialização da produção. Os dados sobre as unidades de beneficiamento no litoral são incipientes, mas há incentivos para a atividade. A própria legislação prevê a compra de 30% de alimentos provenientes da agricultura familiar para a merenda escolar. Dessa forma, os produtores organizados que garantam a entrega constante têm mercado de comercialização nos estados e municípios. Isaias Becker, integrante da Associação dos Agricultores Ecológicos de Torres, começou a pensar em formas de agregar valor à banana. No início dos anos 2000, outras duas famílias se juntaram ao projeto, mas desistiram. Por fim, os membros da família Becker reuniram forças para beneficiar os frutos produzidos na propriedade localizada em Três Cachoeiras. Hoje, de cada 100 quilos de banana, são produzidos 17 kg de banana-passa. Em 2014, a Agroindústria Morro Azul enfrentou um grande desafio: fornecer alimentos aos voluntários da Copa do Mundo no Brasil. “Vencemos a chamada pública e tivemos de contratar pessoas da região para produzir a banana desidratada que estava nos kits de lanches para os voluntários. Foi uma grande experiência”, relembra Isaias.

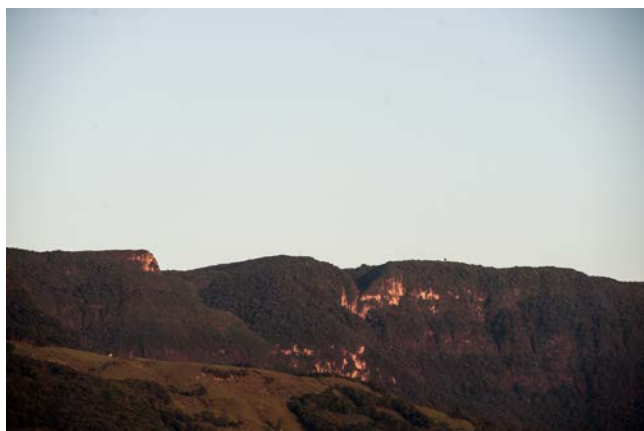
Mata Atlântica

Conforme as novas regras do Código Florestal Brasileiro, todos os agricultores da região deveriam eliminar sua produção, já que seus terrenos agricultáveis estão instalados nos morros. Entretanto, como as lavouras são antigas, os produtores entraram na exceção à regra. A legislação determina que os topos de montes, montanhas e serras com altura mínima de 100 metros sejam considerados Área de Preservação Permanente (APP). Nas encostas dos morros com declividade superior a 45°, por onde os bananais se estendem até as margens da BR-101, também é proibida a utilização como área de lavoura.

A importância da preservação dessas regiões reside, em especial, no fato de esses cultivos estarem em meio a uma das vegetações mais ameaçadas do planeta. Segundo a Fundação SOS Mata Atlântica, restam somente 8,5% de remanescentes florestais. A sustentabilidade da região depende dessas florestas, ricas em biodiversidade, ressalta o professor do Programa de Pós-graduação em Botânica da UFRGS Jorge Luiz Waechter. “A preservação da Mata Atlântica é fundamental porque é a floresta de maior diversidade em todo o Rio Grande

do Sul, sendo o seu limite meridional com características tropicais. Por outro lado, ela é frágil por estar em uma faixa muito estreita entre Torres e Osório. Por causa da devastação para a agricultura e a expansão imobiliária, resta muito pouco da flora e fauna originais.” O pesquisador alega ainda que, ao ser derrubada uma árvore da Mata Atlântica, outras plantas também são destruídas. “Essa floresta é a mais rica em epífitas, plantas que se desenvolvem sobre outras, como as orquídeas, bromélias e samambaias. Sobre uma única árvore, é possível encontrar de 35 a 45 espécies de epífitas”, observa, destacando a imensa diversidade. Além disso, segundo o docente, existem várias florestas dentro da mesma, por conta da altitude do relevo. “A mata observada a 100 metros acima do nível do mar e a encontrada a 1.000 metros são completamente diferentes. As árvores mais altas estão no nível mais baixo. Já no alto dos morros que observamos da BR-101 há a chamada *mata nebulosa*, por conta da neblina. Nesse ambiente mais frio e de solo encharcado, existem centenas de samambaias e plantas herbáceas endêmicas, ou seja, que crescem somente nesse ambiente”, sustenta.

Em meio aos bananais



Paulo Ricardo Bellé e Cenira Boff são exemplos de empreendedores que apostaram no turismo rural. Paulo montou uma pousada para receber grupos dispostos a desfrutar das belezas da Mata Atlântica preservada em sua propriedade, enquanto Cenira administra uma pousada colonial na qual vende produtos como pães, cucas e queijos. Nas imagens ao lado, detalhe da geografia da região e um monumento em Morro Azul que celebra a rota dos tropeiros

O turismo característico do Litoral Norte remete à maresia e à areia fina nos pés. As praias são o destino favorito dos gaúchos que, a cada final de semana do verão, se deslocam para a região. De um lado da BR-101, entre Osório e Torres, observam-se as lagoas que antecipam o mar e, do outro, os morros onde os bananais imperam. É justamente entre esses montes que se escondem as trilhas para o turismo.

A beleza desses morros é desconhecida por muitos. Mesmo que a agricultura seja considerada um fator de devastação da mata original, o cenário é bucólico e marcado pela celebração de datas comemorativas em comunidade no salão comunitário. Em meio à geografia acidentada, é possível ver carros de bois, inúmeras cascatas e cachoeiras em que escoa uma água cristalina. O potencial do local, ainda subaproveitado, começou a ser descoberto recentemente. Há oito anos, professores e alunos do curso de turismo da Ulbra de Torres reuniram um grupo de agricultores da região do Morro Azul, em Três Cachoeiras. A Emater se juntou ao projeto agrupando 60 pessoas, mas desse total somente sete mantiveram a ideia.

“Na época, tive de fazer um café colonial para 250 pessoas trazidas pela Ulbra. O café aconteceu no Esporte Clube Morro Azul, e os agricultores da região fizeram produtos coloniais para que os turistas aproveitassem para conhecer as propriedades. Aqui, fiz cucas, pães e queijos para vender para o pessoal. Foi um incentivo e tanto”, destaca a agricultora Cenira Boff. A experiência foi o ponto de partida para a abertura de uma pousada colonial.

Desde então, uma agência de turismo de Tramandaí mantém uma parceria com o Sesc de Torres, que seleciona grupos para realizarem visitas ao interior da região. O município de Mampituba também entrou na rota. É mais um com-

petidor ao turismo no campo, conforme Cenira. “Este ano vai ser fraco para o café rural porque já sabemos que teremos 15 grupos para Morro Azul e 15 para Mampituba. O Sesc te dá um pouco para você se embalar e seguir em frente. Depois o agricultor tem que se virar.”

Além do café rural, a empreendedora organizou a casa centenária da família de origem italiana e montou uma pousada. A divulgação é feita pelo Facebook, já que o sinal de wi-fi funciona muito bem, enquanto o de telefonia não alcança sequer um traço na tela do smartphone. O tradicional boca a boca também funciona. “O pessoal vem para cá e fala que aqui é o paraíso. E é mesmo! Um grupo indica a amigos, e desse modo vou tendo meu público”, comemora. Ainda assim, a atividade não é a principal da família. O marido, Valmir, segue cultivando a banana, que sempre foi a base da renda da casa.

Outro agricultor-empresário, Paulo Ricardo Bellé, também está investindo no turismo do campo. Há um ano montou uma pousada para receber grupos que queiram deixar tudo que a cidade oferece para se embrenhar na Mata Atlântica preservada dentro de sua propriedade, tomar banho nas sete cascatas do local, descansar ou brincar com o cachorro mascote Fofão. Diferentemente de Cenira e Valmir, Bellé não depende da produção agrícola ou do aluguel dos quartos para viver, mas está satisfeito com a nova atividade: “Gosto de receber grupos grandes porque não é necessário ciceronear as pessoas o tempo inteiro, e elas ficam mais livres para desbravar o local. Estamos felizes com esse potencial da chácara”. O ex-funcionário de banco chegou a tentar montar uma ecovila, uma vez que a área é extensa. Algumas famílias passaram um período lá, mas ninguém ficou. “É uma mudança radical, nem todos aguentam”, destaca. A 20 km da BR-101, a propriedade de Bellé é um santuário da Mata Atlântica em meio aos bananais.